

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Rosana Machado**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: UMA  
POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL**

Santa Maria, RS  
2017

**Rosana Machado**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLITICA DE HABITAÇÃO: UMA  
POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Bacharelado em Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Maria como requisito  
à obtenção do título de obtenção do grau de  
**Bacharel em Serviço Social.**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Mestra Valeska Berman Machado

Santa Maria, RS  
2017  
**Rosana Machado**

**A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA POLITICA DE HABITAÇÃO:  
A INTERVENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria como requisito à obtenção do título de obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social.**

**Aprovado em 13 de dezembro de 2017:**

---

**Valeska Berman Machado, Mestra (UFSM)**  
(Presidente/orientadora)

---

**Cristina Kologeski Fraga, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria/RS, pela oportunidade de cursar um ensino superior qualificado e gratuito.

À prof<sup>a</sup>. Valeska Berman Machado, minha supervisora acadêmica no estágio curricular I e II e também orientadora deste trabalho, meu muito obrigada pelos ensinamentos, pela paciência, pela compreensão, pelos puxões de orelhas e também pelo carinho que sempre teve comigo, agradeço também pelos laços de amizade construídos, pelos autores e livros indicados, pelos conhecimentos transmitidos e pela capacidade de contagiar-me com seu olhar crítico e propositivo. Obrigada por ser essa pessoa empoderada e um exemplo de profissional incansável na luta do acesso aos direitos dos usuários.

Agradeço à prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Kologeski Fraga que, durante todo o percurso de minha formação, foi fundamental, sendo um exemplo de docente e profissional do Serviço Social, quem me instigou a pensar diferentemente, despertando admiração única. Além disso, agradeço por aceitar fazer parte da minha banca de avaliação, visto que suas considerações qualificarão ainda mais este trabalho. Agradeço a todo o corpo docente do Serviço Social da UFSM, pelos ensinamentos e críticas, as quais me ajudaram a buscar novos conhecimentos.

Agradeço à assistente social Sabrina da Silva, quem supervisionou meu estágio curricular, minha primeira referência profissional no campo de atuação, um exemplo de profissional de extrema criticidade e resistência. Gratidão pelos ensinamentos, pelos conselhos e pelas palavras de carinho e motivação, em momentos de choro e exaustão, agradeço, principalmente, pela amizade que se construiu em tão pouco tempo.

Agradeço a Deus pelos momentos incríveis da vida. Em seguida, à minha família devido ao incentivo e apoio de meus sonhos.

Agradeço também à minha mãe, pois embora todas as dificuldades financeiras, alfabetizou-me em escolas qualificadas. Sempre prezando os princípios básicos, como respeito, simplicidade, gentileza, humildade, coragem, resiliência e, principalmente, o amor, bem maior da humanidade.

Aos meus amados filhos, os quais iluminam a minha vida, os maiores incentivadores, para que eu retornasse aos estudos, frequentemente com palavras de carinho e descontração, nos momentos mais difíceis, além de apoiarem-me, quando necessário.

Ao meu companheiro e amigo de todas as horas, obrigado por levantar-me a cada tropeço como também pelas palavras de apoio e conforto. Obrigada, simplesmente, por fazer parte da minha vida!

**“Amo todos vocês!”**

*“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar.”*

(Marilda Vilela Iamamoto)

## **RESUMO**

## **A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA POLITICA DE HABITAÇÃO: A INTERVENÇÃO**

AUTORA: Rosana Machado  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Valeska Berman Machado

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) resulta da experiência de estágio curricular em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realizado na Superintendência de Habitação da Prefeitura Municipal. O estágio ocorreu no período entre Agosto/2016 a Maio/2017, e objetiva observar e intervir na realização das práticas profissionais no meio ambiente, dentro da política habitacional, onde se utilizou de instrumentais do profissional Assistente Social: observação, escuta sensível, visita domiciliar, abordagem individual e grupal, relatórios, acesso à rede, entre outros cujo propósito é promover a importância da Educação Ambiental na política de habitação, o qual buscou intervir no Loteamento Brenner, pertencente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), integrante da política de habitação do município. Aborda-se também a relevância do trabalho em conjunto com a rede nas ações do projeto e troca de conhecimentos, buscando estratégias, para amenizar os danos ambientais, ocorridos no local, que agravam em decorrência das vulnerabilidades trazidas pelas expressões das questões sociais, como a pobreza, a falta de informações, o preconceito, etc. O projeto procurou desenvolver ações incentivadoras em conjunto com redes, a fim de que a população local possa apropriar-se de conscientização ambiental, ajudando na preservação desta e na utilização sustentável de seus recursos naturais. Assim, resgatando a importância da educação ambiental em novos significados para esses sujeitos sociais, com os quais o Assistente Social trabalha, defendendo uma postura profissional que contribua para o empoderamento dos mesmos.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação Ambiental. Política Habitacional. Projeto de Intervenção.

**ABSTRACT**

## **ENVIRONMENTAL AWARENESS IN HABITATION POLICY: THE INTERVENTION**

**AUTHOR:** Rosana Machado  
**ADVISOR:** Prof.<sup>a</sup> Valeska Berman Machado

This course conclusion paper (TCC) results from the experience of curricular internship in Social Service at the Federal University of Santa Maria (UFSM) held in the Municipal Superintendency of Habitation. The internship took place between August 2016 and May 2017, and aims to observe and intervene in the accomplishment of the professional practices in the environment, within the habitation policy, where were use instruments of the professional Social Worker: observation, sensitive listening, home visit, individual and group approach, reports, access to the network, among others whose purpose is to promote the importance of Environmental Education in habitation policy, who sought to intervene in the Brenner allotment, part of the Growth Acceleration Program (GAP), part of the municipality's habitation policy. It also addresses the relevance of working together with the network on project actions and knowledge exchange, seeking strategies to mitigate the environmental damages that have occurred in the area, aggravated by the vulnerabilities brought by expressions of social issues, such as poverty, lack of information, prejudice, etc. The project sought to develop incentive actions in conjunction with networks, so that the local population can appropriate environmental awareness, helping to preserve it and the sustainable use of its natural resources. Thus, rescuing the importance of environmental education in new meanings for these social subjects, with which the Social Work works, it is defended a professional position that contributes to their empowerment.

**Key-words:** Social Service. Environmental Education. Habitational Policy. Intervention Project.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**



BNH - Banco Nacional de Habitação  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CEAS - Código de Ética do Assistente Social  
CF – Constituição Federal  
CFH – Conselho Federal de Habitação  
CFESS - Código de Ética do Assistente Social  
CMH - Conselho Municipal de Habitação  
CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social  
COHAB - Companhia Habitacional  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social  
LBA – Lei Brasileira de Assistência  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MPAS – Lei de Assistência Social  
NOB - Norma Operacional Básica  
PAC - Programa de Aceleração de Crescimento  
PHIS – Política de Habitação de Interesse Social  
PNH - Plano Nacional de Habitação  
PMCMV - Programa Minha Casa  
RS – Rio Grande do Sul  
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo  
SEHAB - Secretaria do Estado de Habitação  
SERFHAU – Serviço Social de Habitação e Urbanismo  
SFH – Sistema Financeiro de Habitação  
SMHIS - Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
SUBHAB - Superintendência de Habitação  
TAC – Taxa de Apoio Comunitário  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 POLÍTICA SOCIAL: UM VIÉS DA POLÍTICA DA HABITAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL .....	17
2.2. A POLÍTICA DE HABITAÇÃO: SURGIMENTO E CONSTRUÇÃO.....	20
<b>3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO URBANO .....</b>	<b>28</b>
3.1 O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	30
3.2 A FALTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL .....	35
<b>4 SERVIÇO SOCIAL: POLITICA HABITACIONAL X EDUCAÇÃO AMBIENTAL .</b>	<b>40</b>
4.1 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	41
4.2 PROJETO DE INTERVENÇÃO “LIXO CONSCIENTE” .....	49
4.3 AVANÇOS E DESAFIOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE A - MUTIRÃO DE LIMPEZA .....</b>	<b>71</b>
<b>APENDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS USUÁRIOS .....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO A – RESULTADOS DO PROJETO .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO B – REPORTAGEM SOBRE O PROJETO DE INTERVENÇÃO LIXO CONSCIENTE.....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma das exigências parciais de obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. A atuação, como estagiária de Serviço Social na Superintendência de Habitação - SUBHAB da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, possibilitou o contato com a realidade de usuários do Loteamento Brenner (no mesmo município), os quais possuem hábitos de descarte de lixo doméstico nas vias públicas em locais inadequados, fora dos pontos da coleta de lixo urbano, assim resultando em danos ao meio ambiente, à saúde da população local e do entorno, como também exalando mau cheiro, proporcionando o desenvolvimento de insetos e roedores transmissores de patologias, a proliferação de doenças transmissíveis e a contaminação do solo.

Desta maneira, faz-se necessário o Serviço Social na coordenação das Políticas de Habitação de Interesse Social (PHIS) do município, pois a moradia é fundamentada pela CF/88, como direito e vetor de inclusão social, garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. Nesse contexto, o assistente social tem, na execução de seu trabalho em habitação, autonomia para desenvolver ações, no entanto, estas devem pautar-se pela legislação, vigente na esfera de diretrizes e orientações, para concretização dos projetos habitacionais do município.

Ao deparar-nos com esta realidade, surge a questão referente à ampliação e consolidação da cidadania que consta no Código de Ética do Assistente Social, publicado em 1993, neste o assistente social media os processos de conflitos entre o capital e o trabalho, sendo amenizador dos reflexos de reprodução das desigualdades, como se mostra o terceiro princípio fundamental: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p.125).

O assistente social também intervém nas questões habitacionais, pois a moradia tornou-se problema na maioria das cidades. Em um contexto de urbanização acelerada, a revolução industrial e o processo de urbanização foram responsáveis pela total precariedade nas condições habitacionais. Surge a necessidade de políticas públicas nesse setor, com intervenções físicas por parte do Estado em ações de erradicação dos cortiços e de outros

territórios indesejáveis. De certa forma, pode-se deduzir que se tratou de uma antipolítica de habitação social. Nas áreas que foram objeto de intervenções, havia muitas pessoas desalojadas e vivendo em extrema miséria.

Com a efetivação desses programas de política habitacional, surge a necessidade de implantar a educação ambiental, pois, por meio dela, todo processo é empregado, a fim de preservar o patrimônio ambiental e criar novos modelos de desenvolvimento, com soluções limpas e sustentáveis. O profissional propõe também a fomentação de processos contínuos que possibilitem o respeito à diversidade biológica, à cultura, à étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade ao modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente.

O crescente processo de industrialização contribui com a degradação ambiental e a diminuição da qualidade de vida da população em todo o mundo. Quando fala-se em qualidade de vida, devemos estabelecer princípios ambientalmente corretos, procurando agir conscientemente. O lixo é um grande problema ambiental do mundo e a falta de conscientização e de Educação Ambiental intensifica esse problema. Assim sendo, para entender melhor a questão do lixo, é necessário a prática de reduzir, reutilizar e reciclar.

Desse modo, a Educação Ambiental mostra-se como uma possibilidade para mudar o comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente, no entanto, sua prática requer muitos avanços, com a intenção de obtermos uma verdadeira transformação. Torna-se fundamental conscientizar à população a necessidade de um ambiente efetivamente saudável, sendo fundamental buscar várias ações, junto à população e aos órgãos competentes, garantindo a todos melhor qualidade de vida e preservação do meio ambiente dentro da política habitacional.

A Política Habitacional iniciou, no Brasil em 1946, com a criação da Fundação Casa Popular - FCP, por meio do Decreto de Lei nº9.218 (BRASIL, 1946), que se institucionalizava a primeira agência de nível nacional voltada, exclusivamente, para a construção de casas populares a pessoas de baixa renda, além da atividade de financiamento destas. Aproximadamente duas décadas depois, foi criado o Banco Nacional de Habitação – BNH, instituído pela Lei nº 4.380 (BRASIL, 1964), uma empresa pública brasileira, com sede em Brasília, focada ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários, a qual foi principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história.

O município de Santa Maria, referente à Política de Habitação, possui a Lei Municipal 4300/00 (BRASIL, 2000) que autorizou o poder executivo firmar convênio com a Secretaria Especial de Habitação— SEHAB de Porto Alegre/RS, com finalidade de construir unidades habitacionais, para beneficiar famílias de baixa renda. Após, surgiram mais programas Federais da política habitacional em nosso município, como o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e Programa Morada Feliz, o último tem como objetivo a regularização fundiária.

Ao atribuir o Serviço social e suas teorias, temos paradigmas que norteiam questões habitacionais e ambientais, as quais se assemelham em um ponto de interseção cujo desenvolvimento humano, tencionando a carência habitacional brasileira, as desigualdades sociais e a concentração de renda, as quais são demonstradas em espaços físicos de nossas cidades. O Serviço Social começa a pensar em um novo objeto da sua ação interventiva, que se faz evidenciada na relação indissociável entre o desenvolvimento, a política habitacional e o meio ambiente.

A partir dessas questões, o projeto Lixo Consciente buscou intervir no Loteamento Brenner, fruto do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, a fim da população ter acesso a informações referentes a esses assuntos, conscientizando-se da preservação do meio ambiente e adquirindo conhecimentos, valores, habilidades e experiências com a intenção de tornarem-se aptos a agir tanto individualmente, quanto coletivamente, para resolverem problemas ambientais no cotidiano.

O estudo delimita-se, inicialmente, pelo método dedutivo, pois parte de teorias e premissas na construção do referencial teórico lógico, desenvolvendo do geral para o particular. Conforme Severino (2007), o método dedutivo pressupõe que tem como objetivo explicar o conteúdo das premissas, da análise geral para o particular. Há também, no estudo, o método de pesquisa descritiva, a qual, segundo Pacheco e Pereira (2007), é o processo de raciocínio baseado no princípio de que os fenômenos estudados, para serem compreendidos em suas especificidades, devem ser descritos, possibilitando o conhecimento em relação aos elementos envolvidos e seus relacionamentos.

Em relação à natureza, este estudo é uma pesquisa aplicada, pois objetiva pensar no objeto de ação interventiva. Em relação à abordagem do problema, este estudo enquadra-se em características de abordagem qualitativa, a qual visa a compreensão dos fenômenos por meio da coleta de dados, estudando as particularidades e experiências individuais da

comunidade. Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada, conforme Silva e Menezes (2000), como: exploratória, descritiva. Ajusta-se como exploratória, porque procura a familiarização com o problema do lixo descartado irregularmente, para torná-lo explícito ou construir hipóteses assumindo, de maneira geral, as formas de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. É também pesquisa descritiva, em função de que almeja descrever características de determinada população, ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Para apresentar o que se propõe, o trabalho organiza-se em três capítulos. No primeiro, busca-se apresentar a trajetória da política social, como mecanismos institucionais produzidos pelas sociedades, no decorrer da história, resultam em parte da força dos movimentos sociais e da luta política, com o objetivo de proteger e promover socialmente a população, ademais o surgimento e construção da Política da Habitação, contemplando o processo de formação e urbanização.

Ainda no primeiro capítulo, temos uma breve descrição sobre os principais programas habitacionais de interesse sociais existentes, como o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, criado em 2007, e o Programa Minha casa, Minha vida, implantados em 2009, ambos inseridos como estratégia de efetivação à Política Nacional de Habitação.

No segundo capítulo, abordar-se-á a concepção da Educação Ambiental e, posteriormente, a Educação Ambiental, como expressão da questão social na área da habitação. Esta é uma extensão da educação, sendo prática intencional da práxis social, a qual deve reproduzir o desenvolvimento individual, um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa ação humana, a fim de torná-la ampla na execução social e de ética ambiental. Pois as questões ambientais relacionam-se às habitacionais, e as expressões da questão social evidenciam-se nas desigualdades econômicas, políticas e culturais, na qual a população de baixa renda é a maior afetada.

No terceiro capítulo, realizar-se-á uma análise sobre a gênese do serviço social e as expressões da questão social, com objetivo de intervenção profissional na Política Habitacional versus educação ambiental, e de que forma o serviço social insere-se nesses contextos. Logo, relatar-se-á o Projeto de Intervenção Lixo Consciente, como observou-se o problema, qual a metodologia utilizada e quais as ações praticadas na intervenção. Também abordará a promoção da conscientização Ambiental dos moradores do Loteamento Brenner, proporcionando que estes transformem-se em cidadãos conscientes e comprometidos com o

futuro do país, e a experiência vivida na inserção no projeto habitacional, assim como seus avanços e desafios. E, por fim, os resultados e experiências vividas no primeiro projeto interventivo, planejado e desenvolvido no estágio acadêmico.

## 2 POLÍTICA SOCIAL: UM VIÉS DA POLÍTICA DA HABITAÇÃO

As políticas sociais necessitam ser alvo em todas as ações do governo, e não somente ações setoriais e conjunturais. Essas políticas são executadas por meio de ações do Estado e estão frequentemente no centro do debate político, pois são responsáveis por reterem uma fração significativa do gasto público, o que a torna alvo de disputas na divisão dos recursos orçamentários.

A dimensão do domínio e a forma de distribuição dos benefícios das políticas sociais tornam importantes as conexões entre essas políticas e a economia do país. Especialmente, quando o gasto do governo com essas políticas tornam-se um componente relevante, para estimular a melhoria na divisão de renda, e tem participação na expansão da atividade econômica. Nesta perspectiva, é fundamental abordar o quanto as políticas sociais podem influenciar na demanda existente e no crescimento da economia.

A partir desse contexto, a política habitacional inicia com a finalidade de diminuir habitações insalubres, as quais eram e ainda são grandes problemas à sociedade. O poder público conscientizava-se com esses problemas, arrisca-se dizer que o país busca alternativas, para a promoção de políticas públicas referentes a questões sociais, habitacionais e ambientais. Pode-se dizer também que a constituição de 1988, o qual formou um marco legal e institucional, para a democratização do país, com a finalidade de planejar princípios indispensáveis a regular ações de cunho social, político, administrativo e jurídico no Brasil. A Constituição de 1988 fundamenta considerações às questões sociais e jurídicas, no contexto urbano, em seu capítulo II; da política urbana, artigos 182 e 183, onde traçou-se diretrizes, a fim da política de desenvolvimento urbano executado pelo poder público, com o objetivo de organizar o desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem estar de todos os habitantes (BRASIL, 1988).

Logo, a administração da política pública na área de habitação sofreu muitas alterações, com isso aparecem programas na área de habitação popular, sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social, os quais sofreram mudanças e passaram a exigir a participação de conselhos gestores estaduais de Política Pública de habitação e comunitária dos governos locais, surgindo então os programas habitacionais, com a função de reduzir o déficit habitacional e melhorar a qualidade de vida da população.



## 2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL

Não se pode afirmar exatamente o período específico do surgimento das políticas sociais<sup>1</sup>, dado que, como o processo social origina-se na concentração dos movimentos de ascensão do capitalismo, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Inicia-se também os movimentos de massa socialmente democratas e a formação dos estados-nação na Europa Ocidental, final do século XIX, no entanto sua expansão acontece na transição do capitalismo concorrencial, para o capitalismo monopolista, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Assim, as políticas sociais são entendidas como prole da dinâmica social, da relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e, a partir de interesses e relações de força. Surgindo instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são conquistados pela classe trabalhadora. Essa classe operária luta pela emancipação humana, pela socialização da riqueza e por uma nova norma societária que assegure conquistas importantes na compreensão dos direitos políticos, como: o direito ao voto, a organização e a formação de sindicatos e partidos, a livre expressão e manifestação, e a ampliação dos direitos sociais. Desta forma, segundo Behring e Boschetti:

a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 64).

Nesse viés, as políticas sociais “são vistas de várias formas, como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquista dos trabalhadores ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (Faleiros, 1991, p.8). Neste contexto, as Políticas Públicas e as desigualdades sociais são consideradas uma realidade consumada e praticamente necessária.

Nessa realidade histórica, existe uma enorme parte da população que não tem acesso à educação escolar, aos serviços básicos, à renda suficiente para sobreviver e vivem em

---

<sup>1</sup>Para Santos (1989) “Política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, metapolítica que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas” (SANTOS, 1989, p.37).

condições impróprias de moradia, entre outras necessidades, parece óbvio a exigência de auxílio para melhores condições de vida da população. Esta responsabilidade fora atribuída ao Estado, o qual denominou-se Estado do Bem-Estar Social. Compreendia-se o Estado, como provedor dos meios que concedessem à população a satisfação de suas necessidades básicas. Pode-se afirmar que este era o modelo de atenção social hegemônico em quase todos os países, a partir do século XX até o ano de 1980.

Segundo Faleiros até o ano de 1980, ocorreram muitas alterações na organização do sistema, mas não foram mudadas as principais características, ou seja, a centralização política no nível federal das ações sociais do governo, a fragmentação institucional, a exclusão da participação social e política dos processos decisórios, o princípio do autofinanciamento do investimento social e o uso clientelístico da máquina social (FALEIROS, 1991).

Com essa organização, o sistema de atenção social tornou-se ineficiente, conseqüentemente, provocando o surgimento de mecanismos e alternativas, para gerar eficiência, como a redução do papel do Estado e a participação da iniciativa privada ao papel do mercado e ao subsídio à demanda. Reformando, assim, a ação do Estado na área social, fomentando um método de democratização do país, que logo foi impactada com a crise fiscal e colocou limites à possibilidade de resposta do Estado às demandas da área social.

As políticas sociais até 1988 eram políticas de controle, seletivas, fragmentadas, excludentes e setorizadas. Portanto manifestando a necessidade de questionar esse padrão de políticas sociais e propor a democratização dos processos decisórios na definição de prioridades, na elaboração, execução e gestão dessas políticas. Nessa perspectiva, a elaboração e a conquista das políticas sociais passam ainda por processos de pressões e negociações entre as forças políticas contemporâneas e certa transparência das articulações (FALEIROS, 1991). Havendo grande mobilização democrática e exigência de métodos eficientes na área social, por conseguinte, iniciam-se várias discussões, a fim de formular uma política pública que fosse assegurada constitucionalmente.

Já em 1985, no governo Sarney, executaram-se várias reformas institucionais, objetivando o desenvolvimento econômico e social com novas estratégias de ação. Todavia somente no ano de 1988, no campo dos direitos sociais, instituiu-se a nova constituição federal promulgada por Assembleia Constituinte, contendo leis abrangendo vários segmentos, apontando para um cunho democrático e eliminando o governo militar. A Constituição

Federal é apontada como a maior conquista do povo brasileiro, a qual o art. 3º traz os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

Constituir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem a todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer forma de discriminação (BRASIL, 1988).

Em seu artigo 6º, a aborda as especificidades dos direitos sociais cujos assistentes sociais trabalham, com a intenção de garantir o acesso a esses direitos:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988).

Baseado neste artigo, pode-se identificar o tamanho dos direitos conquistados e a importância ao povo brasileiro. A Constituição Federal – CF/88 oportunizou a reflexão e a mudança, ao inovar um padrão de proteção social afirmativo de direitos que ultrapassa as práticas assistenciais e clientelistas, além do fortalecimento de movimentos sociais tencionando sua efetivação. E, nessas inovações, tornou-se fundamental a aprovação de leis orgânicas, para regulamentar e institucionalizar os avanços alcançados na CF/88.

O maior avanço ocorreu na área da Saúde, a qual se concretizou na VIII Conferência Nacional de Saúde, alcançando a aprovação de sua lei orgânica no ano de 1990, e a Previdência Social foi logo aprovada em 27 de setembro de 1991. A Assistência Social prejudicou-se com o atraso do processo de discussão e elaboração de propostas articuladas por universidades e órgãos da categoria profissional, como Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, na função de órgão superior de deliberação colegiada, ligado à estrutura do órgão da Administração Público Federal, o qual é responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social e Conselho de Formação e Assistência Social– CEFAS. Este objetivava estar a serviço da formação cristã, tratando-se de um centro aberto ao social, a serviço das pastorais e movimentos da Igreja, ambos ampliando debates sobre a área, objetivando a coleta de subsídios, para formulação da lei orgânica, caracterizando-se, como um período fundamental, a fim da produção intelectual. Além disso, resultando em vários encontros regionais posteriores em todo o país, com a finalidade de discussão, como também converteu na Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em junho de 1993 em

Brasília. No mesmo ano, foi composto o código de ética profissional, o qual aborda princípios e diretrizes que norteiam a profissão do assistente social. Em seguida, estabeleceu-se um novo conceito à Assistência Social: “Política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo, cujo eixo é posto na criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS” (MESTRINER, 2001, P.206).

No contexto descrito, entende-se por política social as várias formas de intervenção e regulamentação do Estado nas expressões da questão social, envolvendo o poder de tensão e a mobilização dos movimentos sociais, com convicções de complexificar as demandas e privações dos usuários, para que obtenham visibilidade e reconhecimento público.

## 2.2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO: SURGIMENTO E CONSTRUÇÃO

A história da política habitacional e de seus princípios e diretrizes surgem, para atender o vazio organizacional e estabelecer as oportunidades ao enfrentamento do déficit habitacional. Por meio de ações integradas e articuladas nos três níveis de governo, além da participação dos Conselhos das Cidades e Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

No início do século XX, a habitação urbana às classes populares era dividida em dois tipos de moradia: vilas operárias, as quais eram destinadas para operários do funcionalismo público e comerciantes, ou seja, pessoas da baixa classe média, inviáveis para a população vulnerável, com incentivos do poder público, por meio de isenções fiscais; enquanto as moradias de alugueis, consideradas de baixa qualidade, construía-m-nas por iniciativa privada e focada na população de baixa renda. Com o capitalismo em evidência, atribuí-se à moradia o valor de uso e de troca, ao passo que, o acesso à habitação era determinado pelo potencial de compra do usuário.

Entretanto, as condições habitacionais existentes, referentes à população de baixa renda, não atendiam às demandas e facilitavam o aparecimento de surtos de doenças devido às condições miseráveis e anti-higiênicas, nas quais a população foi obrigada a alojar-se. Paralelamente, a concentração de trabalhadores beneficiava o processo de politização. A burguesia sentiu-se ameaçada pelas doenças que podiam contaminar o chamado “exército

industrial de reserva”<sup>2</sup>, cuja propagação de ideias revolucionárias reage com a demolição de imóveis em nome de uma renovação urbana, o que provocou a geração da especulação imobiliária, com altos aluguéis e o deslocamento dos alojamentos precários dos trabalhadores para as periferias. Segundo Lehfeld (1983):

a crise habitacional, na sociedade capitalista, é resultado da não possibilidade de compra ou pagamento de aluguel por grandes parcelas da população. Não pode ser vista como um problema conjuntural ou uma simples questão de equilíbrio entre oferta e demanda. Trata-se de uma defasagem estabelecida entre necessidade social da habitação e a produção de moradias e equipamentos regulados por leis economicistas de desenvolvimento (LEHFELD, 1983, p. 09).

Neste contexto, Gomes (2007) relata introdução da história do trabalho do/a assistente social nas mediações, o controle e disciplinamento das populações faveladas surgem à função do assistente social nesta época. A sequência da sua atuação, nesse cenário, é planejada na divisão sócio técnica do trabalho, competindo a ele desenvolver atividades relacionadas à prestação de serviços e à ação educativa político-ideológica, esse trabalho educativo, executado pelo Serviço Social com a população favelada, partia da gênese de que a população pobre urbana apropriava-se dos patrimônios de moradia de forma indevida.

Nessa época, surge o movimento higienista, o qual defendia a manutenção de certas populações à margem da cidade. De modo geral, a intervenção praticada pelos primeiros assistentes sociais era totalmente focada na organização da assistência, na educação popular e na pesquisa social, esses afazeres profissionais tradicionais transformavam o assistente social um agente útil no disciplinamento da população, gerindo funções de tutela ou de paternalismo, para que os indivíduos incluíssem-se no âmbito organizado (GOMES, 2007).

Além da instituição do serviço social na área habitacional, o Estado cria estratégias, a fim de amenizar esses problemas relacionados a esse campo, Bonduki (1998) destaca a presença do Estado com a Fundação Casa Popular, por volta de março de 1946, foi o primeiro órgão nacional direcionado ao fornecimento de moradias a famílias de baixa renda, mas não conseguiu suprir todas as demandas da população carente. Então, em 1962, foi criado o Conselho Federal de Habitação – CFH no Decreto 1281/1962, com a atribuição de orientar e

---

<sup>2</sup>O exército de reserva consiste no proletariado que é composto pelos desempregados. Esse excedente de mão-de-obra é essencial para o funcionamento do capitalismo, pois é ele que garante os baixos salários e, conseqüentemente, a acumulação burguesa. O termo 'baixos salários' não significa que o salário seja injusto ou abaixo do necessário ao trabalhador, mas sim suficiente para que o empresário mantenha a empresa lucrativa (MARX, 1988).

promover a política de habitação do governo mediante planejamento nacional, direcionada à habitação destinada às classes menos favorecidas. Em 1964, com a chegada do golpe militar, amparado em uma ideologia da Segurança Nacional, é estabelecido o Plano Nacional de Habitação (PNH), o qual “Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências” (BRASIL, 1964), e através da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). Com a implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com a criação do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a política habitacional ganha normas nacionais.

O BNH foi o principal executor da política habitacional, no governo militar de 1964 a 1986, quando foi extinto. Ele funcionou como um banco central dos agentes financeiros, garantindo créditos e depósitos dos financiamentos no setor imobiliário, além disso, evidenciou-se pela administração centralizada e autoritária. O BNH não supriu as necessidades de uma considerável parcela da população de mais baixa renda do país, sendo assim, houve o aumento do número de habitações informais cujo fator responsável pela criação de programas habitacionais destinados às populações de renda mensal inferior a três salários-mínimos. Para estes, Santos (1998) evidencia que “Tais programas visavam basicamente auxiliar a autoconstrução e/ou atuar na reurbanização de áreas habitacionais degradadas” (SANTOS, 1998, p.18).

O SFH apresentou bom desempenho, no período do regime militar, todavia, foi incapaz de atender às populações de baixa renda, como o BNH, pois ambos ajudaram a aumentar as desigualdades sociais no Brasil, visto que privilegiaram os investimentos para as faixas de renda média, excluindo os mais pobres. Santos (1998) também destaca o valor altíssimo das terras urbanas ser uma das razões cuja política foi adotada, ademais, pelo agravamento do problema da mobilidade urbana com a construção de conjuntos habitacionais em periferias, e os aluguéis com valores muito altos, por conseguinte, elevando o custo da urbanização. Também agravou-se na crise dos anos 1980 com a alta inflacionária, a recessão econômica, o desemprego, os saques, dentre outras.

Os juros excessivos da poupança e do FGTS reduziram os recursos aos investimentos, o que causou a falência do SFH. No mandato do governo José Sarney, extinguiu-se o BNH,

no ano de 1986, e suas funções passaram a ser executadas pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Após, observou-se a desestruturação da política habitacional que não investiu novos mecanismos de financiamento para habitação popular, e conseqüentemente, causou certa insegurança ao poder público e ao mercado. Segundo Oliveira (2000), no governo de Fernando Henrique Cardoso percebe-se atentamento às questões habitacionais, como parte importante ao desenvolvimento das cidades brasileiras, sendo planejado com saneamento básico e transporte urbano, embasado no Estatuto das Cidades, o qual foi aprovado em 2001. Concomitante ao governo de Fernando Henrique Cardoso, os financiamentos de habitação, com base nos recursos do FGTS, foram evidenciados, contudo foi um governo que centralizou os programas de habitação nas camadas de renda média. Ainda que não tivesse um desempenho quantitativo para suprir o déficit habitacional, destacou-se o PHB, em 1999, o qual tencionou intervenções em assentamentos incomuns a regiões metropolitanas e capitais com público-alvo definido: populações que morassem em condições precárias, em áreas de risco e sem acesso a serviços básicos de infraestrutura e com renda até três salários mínimos.

Esse programa instituiu entre seus segmentos o trabalho técnico social, durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ocorreu o processo de obra e pós-apropriação, junto com a implantação do Ministério das Cidades em 2003. O governo, por sua vez, tenta cumprir seu papel na política urbana e nas políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte reforçando a descentralização e o fortalecimento dos municípios estabelecidos na Constituição Federal. O governo federal criou, em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de promover o crescimento econômico, por meio de várias obras e investimentos em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. Dentro do programa PAC Habitação, o Governo Federal, em 2008, lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) com a intenção de viabilizar o acesso de um milhão de moradias a famílias com renda de até 10 salários mínimos, reduzindo o déficit habitacional e conduzindo a habitação de interesse social nos interesses do País.

Posterior a posse da Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, foram lançados os Programas de Aceleração do Crescimento II (PAC II) e Minha Casa Minha Vida II (MCMV II), com os mesmos objetivos dos anteriores, liberando verbas significativas para serem aplicadas nos municípios brasileiros. A trajetória do trabalho técnico social em habitação,

segundo o manual normativo da caixa Econômica Federal, é associado aos programas de habitação de interesse social, como política do governo federal, e está presente no país dentre 1968 a 1986, quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH. Esse trabalho desenvolve-se na área das Companhias de Habitação-COOHABs, por meio do recurso da Taxa de Apoio Comunitário (TAC), que visa a manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários ou para o pagamento de assistente social que trabalhasse em um novo espaço, com um plano de serviço social na área de habitação, o qual o custo deste profissional estivesse incluído no valor da habitação financiada ao usuário. Nessa época, o trabalho social era de caráter administrativo, pois selecionava as demandas a serem atendidas, como as inadimplências e organizações.

Netto (2001) cita que os profissionais do Serviço Social trabalham diretamente com as questões sociais e as investigam, desvelando a realidade social dos usuários. Visto que nos anos 80, passaram a negociar com as famílias, a fim da desocupação nas áreas consideradas impróprias. Em seguida, o trabalho social focou-se na preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias, promovendo discussões de programas junto a geração de renda e trabalho, também projetos de educação ambiental associados ao trabalho social na habitação de interesse deste. Na década de 1980, a inclusão de temas ambientais com as famílias beneficiárias de programas de educação ambiental e a questão das instalações e funcionamento das redes de água e esgoto passaram a ser responsabilidade do trabalho social.

Neste contexto, o/a assistente social inseriu-se como trabalhador/a, a partir das práticas do capital, do Estado e da classe trabalhadora, na ação contraditória de produção social do espaço. Portanto com a política urbana sendo uma das principais formas de regulação e produção do espaço, torna-se necessário compreender o papel, os interesses e as formas de ação e organização da cadeia produtiva imobiliária do Estado e da classe trabalhadora frente à política urbana e à produção do espaço.

A partir de 1999, o desenvolvimento do trabalho social com às populações beneficiárias de programas e projetos com recursos originários do Orçamento Geral da União torna-se determinado, e o governo federal introduz aos custos do empreendimento, a ser contratado, recursos para a promoção do trabalho social, sendo assim, os municípios e estados não teriam custos. Segundo Gomes (2005), isso levou o Ministério das Cidades a incluir o trabalho social na Política Nacional de Habitação. Ademais estendeu-se aos Programas de Saneamento Ambiental Integrado, a partir de implantações do Programa de Aceleração do



Crescimento (PAC) em 2007, e Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2009, ao orçamento da renda no País.

Referente à Política de Habitação em nosso município, temos a Lei Municipal 4300/00 (BRASIL, 2000), sancionada na administração municipal do Prefeito Osvaldo Nascimento da Silva, a qual aprova ao poder executivo fixar convênio com a Secretaria Especial de Habitação Secretaria do Estado de Habitação – SEHAB de Porto Alegre/RS, no âmbito do Programa HABITALAR/98, ela objetiva construir mais de 100 unidades habitacionais com o objetivo de beneficiar famílias de renda baixa. Gera também um Conselho Municipal de Habitação - CMH, de natureza deliberativa e formação paritária, composição tripartite, ou seja, contem representantes dos três níveis de governo um bloco de representantes dos promotores de habitação financeiros, empresários, COHABs, associações de mutirões e um bloco dos beneficiários dos programas: movimentos sociais e trabalhadores, e no Fundo Municipal de Habitação (FMH). Estes objetivam implementar políticas públicas, ambos com a finalidade de propor e deliberar sobre Programas de Habitação, possibilitando a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas da área social na habitação e desenvolvimento urbano.

Conforme Carvalho e Iamamoto (1983), na esfera municipal, os atendimentos e programas de habitação destinados à população de baixa renda eram como ações emergenciais e, em muitos municípios, essas ações ficavam sob a responsabilidade de secretarias ou órgãos de assistência social. Ao governo, a política habitacional para este segmento restringiu-se ao atendimento emergencial e à remoção de favelas para áreas e conjuntos localizados nas periferias, desprovidos de serviços públicos (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

O Prefeito Cezar Schirmer, em 2013, introduziu junto à Superintendência, atribuições mencionadas à execução do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC, até então responsabilidade do Gabinete do Prefeito. Atualmente, a política habitacional divide-se em três Programas: o PAC, o qual tem o crescimento como objetivo, além da realização de obras de infraestrutura e saneamento básico, proporcionando moradias às pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social, conforme o NOB/SUAS (BRASIL, 2005), além deste, há também o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e o Programa Morada Feliz, tendo o último como objetivo à regularização fundiária.

O PAC teve, como técnica de ação, a desoneração de tributos para introduzir investimentos de empresas privadas e atuar em parceria com investimentos públicos, além da inclusão de trabalhadores no mercado formal do trabalho por meio da construção civil. O programa promoveu a retomada do planejamento e execução de obras grandiosas de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

Pensado como uma estratégia de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC colaborou efetivamente para o aumento da oferta de empregos, como também na geração de renda, elevando o investimento público e privado em obras essenciais ao desenvolvimento.

Segundo o Ministério do Planejamento, os investimentos executados pelo PAC, desde 2015 no município, somam uma quantia de R\$ 1144, 3 bilhões, representando 11% dos R\$ 1.005 trilhões estimados, para serem investidos no período de 2015 a 2018, com mais de 40mil empreendimentos em andamento. Principalmente em Santa Maria, foram entregues 4 loteamentos por intermédio do PAC: os loteamentos Cipriano da Rocha com 543 unidades habitacionais, Vila Ecologia com 9 unidades, 386 unidades no Loteamento Brenner e 64 no Loteamento Lorenzi (BRASIL, 2016).

Já o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, criado pela Lei nº 11.977 (2009), em seu Artigo 2º destaca que: “o PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros” (BRASIL, 2009).

O PMCMV é um conjunto de soluções para os problemas detectados pelas análises da Política Nacional de Habitação, o qual busca abranger, principalmente, os aspectos econômicos dos financiamentos habitacionais por meio da concessão de subsídios dados às famílias de classes sociais mais baixas, permitindo reduzir o grande déficit habitacional existente na faixa de renda mensal, compreendendo até seis salários mínimos.

Nessa conjuntura, o Município deve assegurar o direito e propiciar condições para sua efetivação à participação da família no desenvolvimento de seus filhos, entretanto os investimentos públicos, na área social e habitacional, estão unindo-se ao desempenho da economia, os quais diminuem. Muitas ações direcionadas a suprir a demanda de habitação, apontam o enfrentamento e a superação dos obstáculos destinados à questão da produção.

Este fundamenta mobilizar um grande volume de recursos, com custo compatível e capacidade de pagamento da população de baixa renda, além de recursos não onerosos com valores superiores aos atuais programas com origem no Orçamento Geral da União. Nesse enfoque, a ampliação de moradias geraria uma redução do déficit e atendimento da demanda demográfica, o atendimento à população de baixa renda far-se-á por meio do FNHIS, incluindo as ações dos três níveis de governo e agentes não governamentais ligados ao setor habitacional. Segundo a Política Nacional de Habitação – PNH, a qual descreve a concepção de desenvolvimento urbano integrado: "[...] a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade" (BRASIL, 2004, p.12).

Portanto, a concepção de moradia tanto no campo, quanto na cidade é importante para estabelecer uma relação entre as políticas sociais, que proporcionem uma efetiva descentralização e democratização da gestão. Dessa forma, o direito à cidade deve ser o eixo articulador de qualquer política na área de habitação. Estes instrumentos incorporam-se, a fim de construir um vínculo da política urbana com as políticas sociais, principalmente, com a política habitacional, que por muitos anos encontra-se fragmentada e descontínua. Com isso, uma das resoluções dos problemas habitacionais seria a articulação de todas as políticas.

### 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO URBANO

A questão ambiental evidencia-se na rotina da população, especialmente, no que se atribui ao desafio de preservação na qualidade de vida. Ainda assim, o processo de urbanização desenfreado causa um aumento dos problemas ambientais em amplitude macro. Essas questões afetam a todos, principalmente, às áreas pobres da população. Isso acontece devido à sociedade constituir-se em uma distribuição desigual do acesso aos bens ambientais e de seus usos, destinando-se a maior parte dos riscos e danos ambientais às populações vulneráveis, assim, estas são as mais afetadas, o que se evidenciam em péssima qualidade de vida, na qual estão submetidas. Privatiza-se o meio ambiente e generaliza-se os problemas ambientais. Segundo Carvalho (2003), referente aos bens ambientais evidencia-se:

[...] vivemos em uma sociedade em que eles, assim como outros bens econômicos e sociais, são objeto de uma distribuição desigual. Os grupos com maior força econômica e política terminam sobrepondo seus interesses corporativos aos interesses coletivos na distribuição dos bens ambientais. Apesar de nossa sociedade ser fundada na idéia de igualdade jurídica dos cidadãos e na universalização dos direitos, na prática das relações sociais, a dinâmica da acumulação privada gera a distribuição desigual de oportunidades e de condições de vida entre os grupos sociais e se nutre dessa desigualdade. Com os bens ambientais não é diferente (CARVALHO, 2003, p.165-166).

Sabe-se o quanto é difícil enfrentar todos esses problemas, quanto maior acesso às informações, mais promoverá mudanças comportamentais fundamentais, para um agir norteado em defesa do interesse mundial. A informação assume um papel, cada vez mais importante na sociedade: a multimídia, a Internet e a educação, por exemplo, tornam-se possibilidades de motivar e sensibilizar a população em sua qualidade de vida. Com tal característica, a problemática ambiental urbana estabelece um assunto favorável para reflexão e prática direcionado ao pequeno impacto das práticas de resistência e expressão das demandas da população em áreas mais afetadas pelos agravos ambientais, representando também a oportunidade de novos espaços, para promover possibilidades de democracia participativa: a gestão social<sup>3</sup> deve ser denotada como a tomada de decisão coletiva, sem

---

<sup>3</sup>Que Carvalho (1999) cita: “A gestão social tem um compromisso com a sociedade e com os cidadãos, de assegurar, por meio de políticas e programas públicos, o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas societárias. Por isso mesmo precisa ser estratégica e consequente” (CARVALHO, 1999, p.28).

coerção, baseada na nitidez da linguagem, no entendimento do processo, na transparência, como objetivo, resultando na emancipação, mas, nem sempre possui êxito.

Na maioria das vezes, a população assume um comportamento de dependência e desresponsabilização, as quais decorrem da desinformação, da falta de consciência ambiental e do desprovimento de práticas comunitárias, fundamentadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que garantam nova cultura de direitos, apoiados na co-participação da gestão ambiental de cidades. Assim, a educação ambiental simboliza um instrumento, para solucionar os impasses presentes em nossa sociedade, assumindo um papel desafiador, demandando a criação de novos saberes, para compreender os processos sociais que se agravam e riscos ambientais, os quais acentuam-se.

Esse desafio propõe a formulação de uma educação ambiental crítica e inovadora, sobretudo um ato político focado na transformação social, buscando uma perspectiva de totalidade, ao relacionar o homem, a natureza e o universo, mantendo a consciência de que os recursos naturais acabam e que nós somos responsáveis pela sua degradação. Deve ser entendida, como um processo de constante aprendizagem, valorizando as várias formas de conhecimento. E, para a cidadania<sup>4</sup>, ela representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas à transformação de várias formas de participação em incentivo para a sociedade e também concretização na concepção de sociabilidade, fundamentada na educação para a participação.

A cidadania constituiu-se, no Brasil, em um contexto intensifico das desigualdades, passadas por questões que originam em superação das bases estabelecidas em moldes de dominação e de uma cultura política, baseada no assistencialismo. O grande desafio na concepção da cidadania é formar e consolidar usuários portadores de direitos e deveres, os quais conquistem novos espaços de participação. Somente com o desenvolvimento da conscientização ambiental de toda a população, poderão ser administrados os riscos socioambientais. Estes estão associados à ideia de que algo possa dar errado e causar alguns impactos indesejados. Segundo Marandola e Hogan (2004), os riscos não estão localizados a uma dimensão de realidade, mas exprimem toda a complexidade da sociedade contemporânea em seus diferentes embates e natureza (MARANDOLA; HOGAN, 2004).

---

<sup>4</sup>Conforme ensina Dallari (2004), “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo” (DALLARI, 2004, pág. 24).

Por isso, é indispensável fortalecer a importância de garantir padrões ambientais corretos e estimular uma crescente consciência ambiental, centralizada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, em uma visão focada para o desenvolvimento sustentável. E dispor da educação ambiental, como elemento de uma cidadania inclusiva, que se contrapõe a um novo conceito de conexão entre o homem e natureza. Além disso, a natureza precisa ser preservada, pois é um bem natural de toda a humanidade, e a melhoria das condições do meio ambiente pode resultar em uma melhoria das condições econômicas e sociais, pois a reciclagem, a conservação da água e da energia são soluções de como produzir empregos e aprimorar a qualidade de vida da população e do meio ambiente.

### 3.1 O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL

São muitas as definições para a educação ambiental, dentre elas foi definida pela Política Nacional de Educação Ambiental, cuja Lei nº 9795/1999<sup>5</sup> em seu Artigo 1º, que a define como:

entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Desse modo, a educação ambiental é todo o método embasado cientificamente com o intuito de disseminar o conhecimento entre a população, objetivando deixá-los aptos, para agirem na conservação do meio ambiente e na utilização da sustentável de seus recursos naturais.

A fim de promover esse conhecimento, ocorreram vários avanços: o primeiro foi a Conferência das Nações Unidas de 1972, que constitui a Declaração sobre Ambiente Humano, ou Declaração de Estocolmo, estabelecendo princípios para questões ambientais internacionais, englobando os direitos humanos, gestão de recursos naturais, prevenção da poluição e relações entre ambiente e desenvolvimento. Em 1975, a UNESCO promoveu o Congresso de Belgrado, definindo a Educação Ambiental, como sendo um processo com o objetivo:

---

<sup>5</sup>Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)>.

[...] formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam [...](SEARA FILHO, G. 1987).

Sabe-se que o meio ambiente é um local à habitação da vida dos seres racionais e irracionais, o qual necessita de cuidados especiais, para que haja qualidade de vida- mesmo sabendo da ação direta ou indireta e do ser humano prejudicando o meio ambiente, sendo esta voluntariamente ou involuntariamente. Diante disso, a educação ambiental reproduz-se pela sociedade, fazendo-se uma das temáticas mais importantes das políticas, programas e investimentos nas áreas de saneamento ambiental. Com essa reprodução da educação ambiental, em 1977, aconteceu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Georgia, enfatizando a educação ambiental, como processo permanente, no qual os indivíduos apropriaram-se de consciência do meio ambiente e tomaram para si os conhecimentos, valores, experiências e a decisão de tornarem-se capazes, para solucionar problemas ambientais hoje e amanhã (DIAS, 1992).

Em abril de 1981, foi decretada uma lei que já mencionava a educação ambiental. É a Lei Federal nº 6.902, de abril de 1981, que estabeleceu novos tipos de áreas de preservação ambiental, entre as quais as Estações Ecológicas, destinadas à realização de pesquisas e à educação ambiental (BRASIL, 1981). Ela possui órgãos que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), os quais definem ações de educação ambiental, inseridas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, ocorrendo para que as ações advindas da lei tenham uma identidade e credibilidade.

Neste contexto, a educação ambiental objetiva formar a consciência da população e transformar-se em filosofia de vida, introduzindo comportamentos ambientalmente adequados e investindo em recursos e processos ecológicos do meio ambiente. Demandando transformar-se em ação e na qualidade de prática político-pedagógica, propondo o desenvolvimento e a escolha de técnicas de ação, que contribuam para a construção do processo de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população. O bem ambiental é estabelecido como um bem comum. Neste sentido, a Constituição Federal Brasileira em seu artigo 225 assegura que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Também em 1989, criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>6</sup>, um órgão federal, além de uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA)<sup>7</sup>, segundo o site do IBAMA, tem como objetivos: a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, como também assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais.

Em 1992, realizou-se no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento a “Rio 92”, que discutiu a forma como a humanidade define sua relação com o planeta, onde a comunidade política internacional admitiu a necessidade de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza, sendo o começo de indagações sobre o desenvolvimento sustentável (SHONS, 2012). Nela, aprovou-se a “Agenda 21”, a qual agregou várias orientações de ação para países e a população de maneira global, ademais mecanismos, para que fossem efetivadas (Brasil, 1998). Esse cujo debate internacional de propostas e práticas em Educação Ambiental resultou na elaboração do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, de natureza não verídica, durante o Fórum das ONGs na Rio/92. Esta apontou a maneira, como a humanidade enxerga sua inter-relação com o planeta, havendo também o reconhecimento da necessidade da conciliação entre o desenvolvimento socioeconômico e a utilização dos recursos da natureza.

No ano de 1996, evidenciou-se a LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, quem comanda a educação nacional nos três níveis de ensino e prioriza a evolução do estudante e sua capacitação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Também, o MEC por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicou, em 1997, às séries iniciais, em 1998, para as últimas séries do ensino fundamental. No documento, preferiu-se o Meio ambiente, como um dos temas do currículo mínimo, fundamentado na perspectiva ambiental das inter-relações e das interdependências dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. O MEC propõe aos PCN's evidenciar a necessidade de formar cidadãos conscientes, capazes de decidir e atuarem na

---

<sup>6</sup>Criado sob “Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão federal criado pela Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro 1989 é é ma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Seus objetivos são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, além de assegurar o desenvolvimento econômico, com o uso sustentável dos recursos naturais.” Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27857-o-que-e-o-ibama/>> Acesso 30 out. 2017.

<sup>7</sup>Políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluem programas voltados para a recuperação, conservação e sustentabilidade em variadas áreas ambientais. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 30 out. 2017.



realidade socioambiental, de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de todos, local e global (Brasil, 1998).

Conforme estabelece nossa legislação brasileira, crime ambiental é todo prejuízo causado aos princípios que integram o meio ambiente. Pela Lei nº 9605/98, que disciplina as sanções penais e administrativas proveniente de atitudes e atividades lesivas ao meio ambiente, é certo dizer que todo aquele que comete um crime ambiental é passível de pena (BRASIL, 1998). Sendo assim, a preocupação da Educação Ambiental deveria ser com a promoção da conscientização e transmissão de informações, para a resolução de problemas e tomadas de decisões.

Na Lei nº 9.795/99, a qual propõe como referência os Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais, observando a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente e a adequação dos programas vigentes de formação continuada de educadores. Também deve instituir-se em abordagem inter<sup>8</sup>, multi<sup>9</sup> e transdisciplinar<sup>10</sup>, continuada e centrada em questões específicas de modo geral, a partir de uma visão integrada das questões socioambientais. As disciplinas podem ser entendidas, como um conjunto de conhecimentos organizados (BRASIL, 1999).

Assim, determinou-se que os países em desenvolvimento obteriam suporte financeiro e tecnológico, para demandarem um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, até mesmo com a redução dos padrões de consumo. Com essas decisões, a possível junção entre meio ambiente e desenvolvimento progrediu, superando conflitos apontados pela ONU. Nesta conferencia, foram traçados princípios e diretrizes globais ao desenvolvimento de trabalhos, como a temática do Meio Ambiente. Incluindo a ideia de objetivar a promoção das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental relacionada à cobertura da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. No Brasil, a educação ambiental também estabeleceu-se nos espaços educacionais com a criação de cursos de pós-graduação em ecologia, a partir da

---

<sup>8</sup>Rodrigues (1998) conceitua como uma postura profissional que permite se pôr a transitar o espaço da diferença com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (Rodrigues, 1998, p. 156)

<sup>9</sup>Baptista e Rodrigues (1992) conceituam a multidisciplinaridade na abordagem teórica tem em vista enriquecer o conhecimento com novas dimensões e permitir a percepção da característica total do conhecimento. E principalmente através de cursos interdisciplinares que a Pós-Graduação pode proporcionar uma maior abertura mental, desenvolvendo o poder de observação, de conhecimento e de crítica.(BAPTISTA; RODRIGUES, 1992, p. 119).

<sup>10</sup>Segundo Domingues o prefixo trans remete ao que está entre, através e além das disciplinas. A transdisciplinaridade vai além do que chamamos disciplina, que é a memória do conhecimento (DOMINGUES, 2001).

década de setenta, e intensificou-se, ao surgir a necessidade de inclusão de conteúdos ecológicos nos vários níveis de formação educacional, proporcionando a criação de diversos cursos universitários, além de incluírem a educação ambiental em seus currículos (BRASIL, 2004).

Pode-se compreender que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) faz-se fundamental para o planejamento e transversalização da Educação Ambiental e em ações construtivas em intervenções, desde a Portaria nº 21 (2014)<sup>11</sup>, abrangendo princípios de sustentabilidade. Essa portaria destaca em seu capítulo I:

o Trabalho Social, de que trata este Manual, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014).

Ademais, no que tange a responsabilidade social e ambiental, as quais são representadas nas atitudes que envolvem pessoas e organizações no desenvolvimento dos diferentes papéis e funções, na construção conjunta de uma sociedade justa e sustentável. Isso significa que toda decisão e atitude nos negócios pode, como também deve ser efetivada, a partir da consciência de que o destino da humanidade e de todos os seres vivos depende dessas ações. A sustentabilidade deve visar um processo contínuo em que sempre pode ser melhorado, como uma filosofia que almeja uma permanente melhoria (CALLADO; FENSTERSEIFER, 2009). Buscando sempre apoiar-se nas vantagens econômicas, sociais e ambientais, a fim da reprodução de impactos dessa melhoria.

Esse tema expandiu-se rapidamente, inclusive nos currículos acadêmicos, por exemplo, na UFSM, que tem como matéria fundamental, a Responsabilidade Social e Ambiental em seu currículo obrigatório, no nono semestre aos formandos em Serviço Social. Ela faz-se necessária, perante a Lei 9.795/99, a qual estabelece que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, respeitando em suas diretrizes nacionais àquelas a serem complementadas discricionariamente pelos estabelecimentos de ensino (artigo 26 da LDB), com uma parte diversificada exigida pelas

---

<sup>11</sup>Disponível em:

<[http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria\\_21\\_01jan\\_22\\_2014\\_manual\\_inst\\_trabalho\\_social.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf)> Acesso em: 30 out. 2017.

características regionais e locais, conforme preceitua o princípio citado no 4º, inciso VII da Lei 9.795/99, que aborda de forma articulada as questões ambientais locais, regionais e nacionais, e o artigo 8º, incisos IV e V que buscam de alternativas curriculares e metodológicas, para capacitação da área ambiental e as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material. Todavia sabe-se que a educação ambiental não está universalizada na Educação, ainda há muito a ser feito, para que ela perpetue-se na educação mundial (BRASIL, 1999).

### 3.2 A FALTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Atualmente, o capital produz à natureza impactos do crescimento e dos recursos cujos acentuados pelo atual desenvolvimento tecnológico e econômico. As populações mais distantes alteraram o cenário social e ambiental, durante o século XX. Por conseguinte, pode-se concluir que a falta de recursos, causados pela vulnerabilidade social, aumenta os prejuízos acarretados pela falta de informação. Além disso, a pobreza produzida pelo sistema capitalista, segundo Pereira (2001), torna-se uma questão política, quando as dificuldades “uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerada natural, em explosiva ‘questão social’” (PEREIRA, 2001, p. 59). Para Iamamoto, a questão social pode ser definida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Conforme Iamamoto (1999), os usuários são diretamente atingidos pelas expressões da questão social, ou seja, na maioria das vezes, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, vivendo às margens da sociedade, sendo atingidos pelas desigualdades sociais manifestas de diversas formas, evidenciando-se no setor habitacional, e residindo em sub moradias, havendo condições insalubres e precárias, predominantemente, com hábitos incorretos de descarte do lixo produzido.

Sendo assim, as expressões da questão social não se centralizam na dialética da divisão de renda, mas concentram-se na distribuição dos meios de produção, perpassando pela totalidade da vida dos indivíduos. Ao tratar-se de um assunto público, a questão social exigiu intervenção do Estado no reconhecimento de seus direitos, respondendo às reivindicações e demandas da classe trabalhadora, com a inserção das políticas sociais.

Embora a questão social redefina-se, contemporaneamente, esta permanece dividindo-se na manutenção da política econômica recessiva e o aprofundamento das fragmentações da questão social, materializadas na precariedade do trabalho e nas péssimas condições de vida a maioria da população e suas formas de resistências e organização políticas; ademais no plano do Estado com a tentativa de garantir o processo de transição política, a partir da inserção do campo legal para as lutas e reivindicações das classes subalternas e trabalhadoras: “Essa contradição fundamental da sociedade capitalista– entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho- está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde [...]” (IAMAMOTO, 1998)

A crescente urbanização, após a II Guerra Mundial, gerou graves problemas ambientais com consequências sociais significativas. Entende-se que questões econômicas são problemas de más aplicações de recursos e a falta de novas alternativas, portanto, faz-se necessária para uma melhor opção de uso a esses fundos, buscando potencializar o bem-estar social e obtendo um desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, Mazzeto destaca que “[...] a humanidade enfrentará os efeitos negativos dos últimos duzentos anos de crescimento populacional e econômico que provocaram o desequilíbrio ecológico e a degradação do meio ambiente físico e social” (MAZZETO, 2000, p.29).

Com esse crescimento, os problemas de saneamento agravaram-se, pois a infraestrutura necessária não acompanhou o crescimento, como também a consciência da população, quanto ao descontrole ambiental, este não evoluiu, sendo necessário procurar o equilíbrio ambiental, impulsionando pesquisas no campo da área de saneamento básico, reciclagem e educação ambiental. Neste contexto, a questão social solidificou-se, desde o final do século XIX e século XX, enquanto a problemática ambiental agravou-se, nos últimos tempos, transformando-se em uma questão macro, e, conseqüentemente, tornando-se uma preocupação à humanidade.

Assim sendo, conquistou o interesse dos governos, da sociedade, das empresas e da mídia, além de várias reportagens referentes ao meio ambiente, as quais destacaram:

aquecimento global, geração do efeito estufa, redução da camada de ozônio, aquecimento desflorestamento, redução da biodiversidade, mudanças climáticas e consumo excessivo de recursos não renováveis. Essas são notícias anunciadas diariamente, visando o absurdo modelo capitalista, o qual direciona o planeta a um desastre com dimensões incalculáveis. Apesar de não haver negação da presença da questão socioambiental, analisam-se o distanciamento de suas formas de enfrentamento (NUNES, 2013).

Essas formas de enfrentamento sobre o Meio Ambiente tornaram-se o cenário socioambiental global, as notícias comentadas, nas últimas décadas, criaram a necessidade de incluir tal expressão nos principais documentos e leis mundiais, também no vocabulário da população. Debates sobre a importância e designação em torno do termo “Meio Ambiente” é enorme, mas começamos da seguinte ideia sobre o conceito:

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural construído (REIGOTA, 1994, p.14).

Entender o método de formação das políticas públicas para esta área, torna-se essencial, a fim de compreender seus conceitos e objetivos na retaguarda dessa definição. Esse assunto é pertinente no cenário político, desde a década de 70, e foi com a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938 (1981), em seu artigo 3º, que relatou o significado de Meio Ambiente: “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Portanto, as políticas públicas possibilitam direitos. Os instrumentos ditados em leis são utilizados pelo governo, para intervir na sociedade, na economia, na política, executando programas políticos em busca de melhores condições de vida aos seus cidadãos. Dessa forma, Eduardo Appio (2005) destaca:

as políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidade aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos (APPIO, 2005, p. 143).

Vale destacar que políticas públicas<sup>12</sup>, “em linhas gerais se referem ao uso do termo em inglês *policy* como sendo programas de ações governamentais concretos, direcionados técnica e administrativamente com o objetivo de atender a uma demanda social existente” (XAVIER, 2009, p. 91).

Neste contexto, não podemos desprezar a realidade de que os dilemas, enfrentados pelo meio ambiente, têm suas bases conectadas diretamente ao sistema capitalista, apesar da questão ambiental transformar-se uma das questões mais críticas para a população, pois resulta em relação às condições de sobrevivência da vida no universo e as relações entre grupos sociais e a sociedade. Gonçalves (2004) destaca:

somente à medida que a água e o ar se tornam escassos – com a poluição, por exemplo – é que a economia passa a se interessar em incorporá-los como bens no sentido econômico moderno, isto é, mercantil. Enquanto o ar e a água existem em estado puro e em abundância, ou seja, enquanto existem como riqueza, são considerados dádivas, fonte inesgotável (GONÇALVES, 2004, p.57).

Essa relação entre a sociedade e a natureza no capitalismo, baseia-se em uma separação cujos indivíduos de um lado e natureza de outro. Nesta, o homem é proibido de conviver em harmonia com a natureza, reservas naturais são protegidas, com a presença do homem restrita, mantendo a condição da propriedade privada, excluindo os homens do acesso aos recursos naturais. Gonçalves (2004) ressalta essa ideia:

privar é tornar um bem escasso e, dessa forma, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso. O princípio da escassez, assim como a propriedade privada que lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais (GONÇALVES, 2004, p.67).

Com esse capitalismo competitivo, as expressões da questão social evidenciam-se nas desigualdades econômicas, políticas e culturais que as classes sociais, divididas por diferenças nas relações de gênero, características étnico-raciais e composições regionais, demonstram em vários segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008).

Ainda nessa perspectiva, é plausível pensar que a questão social e a noção de meio ambiente envolve certas idéias comuns e formam um conjunto de sentidos que lhe legitimiza. Segundo Carvalho (2001), existe uma delimitação entre o mundo dos humanos e um mundo

---

<sup>12</sup>Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente (EASTON, 1965).

natural, mecanismo que torna o meio ambiente passível de se tornar algo definível e utilizável, como recurso à disposição do ser humano. Contudo, também tem um consenso sobre a ideia de meio ambiente, como um valor, ou seja, um bem comum da humanidade, o qual precisa ser preservado, “algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades” (CARVALHO, 2001, p.36).

Torna-se visível a importância da educação ambiental aos cidadãos, para que a pratiquem de modo responsável, conservando o ambiente saudável no presente e futuro, modificando suas relações com o ambiente. A educação ambiental é um processo longo e cuidadoso, sendo necessária a conscientização e mudança de comportamento, a cada um fazendo a sua parte de cuidar e respeitar o ambiente que vivemos e dependemos, para sobreviver.

#### 4 SERVIÇO SOCIAL: POLITICA HABITACIONAL X EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A problemática da moradia é apontada, como uma expressão da questão social, a partir do início do século XIX, explicitando a luta dos trabalhadores na incessante busca do direito à moradia, em conquistar uma qualidade de vida digna. As desigualdades evidenciam-se com o crescimento econômico e o processo de urbanização<sup>13</sup> provocando um isolamento espacial ou ambiental, o qual configura-se em núcleos de concentrações de pobreza, excluindo a maioria dos trabalhadores do mercado imobiliário e introduzindo-os em favelas. Nesse contexto, ocorre o agravamento da questão social, Netto (2001) destaca que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Diante disso, compreende-se que a referida questão está intimamente relacionada ao sistema de produção capitalista, o qual engendra as desigualdades sociais (NETTO, 2001).

Essas expressões de desigualdades da sociedade capitalista têm origens comuns, como a produção social, cada vez mais coletiva, enquanto os resultados mantêm-se no privado, monopolizada por uma parcela da sociedade. Dessa forma, a presença do assistente social faz-se necessário devido à população pobre não ter acesso aos seus direitos. Pois a profissão tem, como principal objeto de trabalho, as expressões da questão social, e é possível relacionar às demandas existentes nas questões habitacionais e ambientais como a vulnerabilidade social, a falta de acesso a serviços públicos e políticas sociais, as quais interferem diretamente na dominação, exploração e opressão do capital, para gerar riquezas frente aos recursos naturais, sem pensar no bem-estar coletivo de convívio do sujeito social.

O Código de Ética do assistente social de 1993<sup>14</sup> traz em seu décimo princípio: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24). Estabelecendo, assim, como fundamental o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, o qual está inserido no trabalho diário desenvolvido pelo assistente social. Portanto, é de total relevância a relação do Serviço Social com questões habitacionais e ambientais, visto que os motivos, os quais justificam a intervenção do assistente social, atuam no desenvolvimento de ações de mobilização e organização das populações pobres, ameaçadas

---

<sup>13</sup>Segundo Gonçalves, “urbanização é o processo de transformação do espaço em decorrência de sua utilização e modificações introduzidas por determinantes sociais, econômicos e políticos” (Gonçalves, 2000, p. 251).

<sup>14</sup> Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>.



com a destruição ambiental e a falta de políticas públicas e de recursos financeiros, os quais tornam o acesso à moradia e a qualidade de vida, cada vez mais distante.

#### 4.1 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Serviço Social<sup>15</sup>, cuja origem americana, estruturou-se por organizações religiosas, especialmente da Igreja Católica. Nessa época, a prática fundamentava-se e inspirava-se na providência divina, visto que “o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária, para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p. 88).

A partir do século XIX, com a industrialização nas cidades, constituiu-se uma nova forma de organização social, ou seja, o sistema capitalista, o qual constitui uma sociedade de classes e um novo modo de formação na sociedade elitizada pela posse de bens. “O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2005, p.54). Com esse novo modelo de formação, a população presencia o agravamento dos problemas sociais, ou melhor, das expressões da questão social e todas as formas de enfrentamento dos trabalhadores frente à classe dominante (FALEIROS, 2001).

Como plano de ajustar a falta de mediações nas relações sociais, o trabalho social intervêm, para amenizar as rebeliões com o intuito de melhorar a situação da população de baixa renda, ao tentar praticar essa tarefa, o trabalhador social tinha uma visão ingênua e religiosa: “Ingênua porque pressupunha a solução dos problemas globais partindo de cada um deles isoladamente. Maniqueísta porque dividia o mundo entre bons e maus, abusadores e não-abusadores, rebeldes e integrados” (FALEIROS, 2001, p. 89).

---

<sup>15</sup>O Serviço Social tem em sua gênese, “marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis: alienação, contradição e antagonismo que buscou afirmar-se historicamente como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela igreja, como uma mistificada ilusão de servir” (Martinelli, 2001, p.66).

Em 28 de agosto de 1942, constitui-se a primeira instituição de assistência social, a qual denominou-se Legião Brasileira de Assistência – LBA<sup>16</sup> com origem marcada pela presença das mulheres, da religião e pelo patriotismo. Segundo Sposati (2004):

a relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponencial quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A idéia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação (SPOSATI, 2004, p.19).

Quem presidia a LBA eram as primeiras damas da República, reproduzindo a marca do primeiro-damismo frente à assistência social, além de sua ação ser ampliada às famílias não asseguradas pela previdência, atendendo as calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. Nessa época, a profissão de Serviço Social não existia, pois a profissão não havia sido regulamentada, somente as damas de caridades “assistentes sociais”, as quais eram voluntárias na realização de atividades solicitadas pelas igrejas. Em 1869, ocorreu a fundação da Sociedade da Organização da Caridade em Londres, uma referência para a organização da Assistência Social (ESTEVÃO, 1985). Também registra-se que, em 1899, na cidade de Amsterdã, funda-se a primeira Escola de Serviço Social do mundo, configurando-se como um marco na profissão secularizada, ou seja, com cunho religioso.

Neste contexto, surgiu a necessidade de instituições que preparassem pessoas para praticar tarefas de assistência social e evidenciar a institucionalização do Serviço Social. As ações de intervenção do trabalhador social, praticadas por estas instituições, eram basicamente fundamentadas na assistência dada aos pobres e oprimidos que viviam na marginalização social. Por isso, “[...] a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido”(MARTINELLI, 2005, p. 66).

Desta maneira, as novas formas do agir social e suas estratégias de ação, conforme os interesses da burguesia manipularam meios que pudesse parecer legítima a ordem social burguesa, aceitável pelo proletariado e sem nenhum questionamento (MARTINELLI, 2005).

---

<sup>16</sup>Em Outubro de 1942 a LBA se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania (SPOSATI, 2004, p.20).

Nesse processo de legitimação da profissão<sup>17</sup>, a Assistente Social Mary Richmond, de origem norte americana, refletiu e regulamentou a profissão cientificamente a respeito do conceito do Serviço Social e as praticas da profissão, as quais deveriam ser exercidas.

Mary Richmond foi a primeira a descrever a diferença entre assistência social, ou caridade, e também expor especificidades do Serviço Social. Ela desenvolveu a técnica de observar os indivíduos isoladamente, a qual buscava compreender os problemas de cada individuo de forma particular, sem considerar os vários aspectos da realidade de cada sujeito (ESTEVIÃO, 1985). Ao analisar a inserção do Serviço Social frente à classe trabalhadora, nota-se que os profissionais começam a refletir criticamente suas intervenções, e aproximam-se dos movimentos sociais de lutas por seus direitos, produzindo a oportunidade de reflexão critica em atuações, necessitando de um referencial teórico que se fundamenta uma ideologia de transformação social, ideias, as quais eram abordadas na Europa por Karl Marx. Constatase que a teoria marxista no Serviço Social iniciou-se na tentativa de desvendar conceitos básicos do marxismo, para concretizar a aproximação do Serviço Social com vertentes contemporâneas do marxismo (SILVA e SILVA, 2007).

Após essas descobertas, surge a necessidade de intervenções para suprir essas novas demandas, em 1º de Maio de 1974, é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, a qual se estrutura em uma Secretaria de Assistência Social, com caráter consultivo, torna-se ícone na formulação de política social de erradicação à pobreza. O processo de pauperização intensifica-se, no final desse período, exigindo do Estado maior ação em todos os níveis, destituindo a assistência social, como, simplesmente, filantrópica fazendo parte cada vez mais da relação social de produção. Assim Mestriner (2001), destaca:

a criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setorizada, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje (MESTRINER, 2001, p.170).

Com esse retalhamento social, o Estado é obrigado a apoiar às instituições sociais permitindo o desenvolvimento dos movimentos sociais, que almejam legitimar suas demandas

---

<sup>17</sup>Somos profissionais que “atuam nas manifestações mais contundentes da ‘questão social’, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas” (IAMAMOTO, 2009, p.19).

evidenciando a assistência social e demais políticas públicas, como estratégia de enfrentamento da questão social, tendo como intuito a diminuição das desigualdades sociais. Neste contexto, destaca-se o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República visando um desenvolvimento, baseado em critérios sociais. E a frente da previdência e assistência social encontrava-se Waldir Pires, opondo-se ao regime autoritário, impulsionando às reformas nesse âmbito, que não continuaram com sua saída. Após, toma posse Raphael de Almeida Magalhães, o qual introduziu um processo de debates e conexões com objetivo de criação da Política de Assistência Social, fundamentada no campo democrático dos direitos sociais, garantindo densidade e visibilidade a esta questão. A Política de assistência social também é descrita na CF/88 pelos artigos 203 e 204: “Art.203, A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” e Art.204:

as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, [...] orientadas nas seguintes diretrizes: I- descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

A história da Política de Assistência Social não acaba com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS<sup>18</sup>, mesmo que ela tenha incorporado uma nova realidade institucional, sugerindo mudanças na estrutura e conceitos, novas relações interinstitucionais e intergovernamentais. Assegurando-se, como cita Yasbek (2004), “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo”, viabilizando-se como direito não contributivo e garantia a cidadania (YASBEK, 2004).

A assistência social, na conjuntura de política social<sup>19</sup>, orienta-se pelos direitos de cidadania e não pela noção de favor, neste contexto, as políticas sociais tomam formas

---

<sup>18</sup>A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos. Disponível em <[www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/.../LoasAnotada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../LoasAnotada.pdf)> Acesso em: 30 de outubro 2017.

<sup>19</sup>A política social deve ser reconhecida, segundo Behring (2009), como “uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital (...)” (BEHRING, 2009, p.1).

seletivas e compensatórias. Assim começando um processo de desresponsabilização do Estado na gestão das demandas dos cidadãos, com necessidades espaciais, transferindo suas obrigações para as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, e a sociedade comprometendo a efetivação da LOAS que se depara em questões de ordem política e econômica. Com isso, dificulta o alcance efetivo da inclusão social, devido às compreensões fragmentadas e seletivas da assistência social que evidenciam os mais pobres e não contribuem, para a ampliação do cunho universal da proteção social.

Segundo a Lei de Regulamentação da profissão a Lei n ° 8.662 de 7 de junho de 1993, o trabalho do assistente social apreende competências, as quais são qualificações que podem ser realizadas por outros profissionais de áreas diferentes e atribuições privativas, que são competências exclusivas do Assistente Social, isto é, somente terá validade institucional, se forem realizadas por profissional do Serviço Social (BRASIL, 1993). Iamamoto (2004) aponta as três atribuições que devem ser dominadas pelo assistente social: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Essas dimensões de competências não podem ser desenvolvidas fracionadas, do contrário, cairemos nas armadilhas da fragmentação e da despolitização, tão presentes no passado histórico do serviço social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005).

Em 1997, aprovou-se a primeira Norma Operacional Básica que formulou o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social e, em 1998, elaborou-se o primeiro escrito sobre a Política Nacional de Assistência Social. Em 2004, após várias discussões nacionais, aprovou-se uma nova Política Nacional de Assistência Social na concepção de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. No decorrer do período, fez-se necessário a edição de uma Norma Operacional Básica, a qual estabelece bases para a introdução do SUAS (BRASIL, 2004). Em 6 de julho de 2011, a Lei 12.435 é sancionada, garantindo a continuidade do SUAS. O processo objetiva organizar ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica<sup>20</sup>, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda

---

<sup>20</sup>A Proteção Social Básica tem como referencia de entrada do Sistema Único da Assistência Social, os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Disponível em:  
<[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_basica](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_basica)> Acesso: 30 out. 2017.

é a Proteção Social Especial<sup>21</sup>, deliberada às famílias e indivíduos que encontram-se em situação de risco e tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (BRASIL, 2011).

Analisando a trajetória do Serviço Social enquanto profissão, nota-se que seu surgimento deu-se através de ações que procuram dar respostas a uma demanda social concreta, a qual, no sistema capitalista, apresenta-se no processo de contradição entre o capital X trabalho. Nessa perspectiva, o Serviço Social tem na questão social seu objeto de intervenção, sendo este construído na heterogenia dinâmica das relações sociais produzindo o enfrentamento a partir das contradições produzidas no sistema capitalista.

Assim, o assistente social atua na questão do coletivo para que o usuário descubra que ele é um ator participativo desse enfrentamento, pois convivemos com a natureza e se faz necessária a conscientização de pensar no macro e de que modo cada um de nós manuseia os recursos naturais, pois não é somente dever do Estado, transferindo essa responsabilização, manifestando uma ação que também é de cunho pessoal de cada um de nós (CARNEIRO; VEIGA, 2004).

E se a profissão tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, é possível relacionar demandas como a vulnerabilidade social, a falta de acesso a serviços públicos e políticas sociais, as quais interferem diretamente na dominação, exploração e opressão do capital, para gerar riquezas frente aos recursos naturais sem pensar no bem estar coletivo de convívio do sujeito social:

a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais (CEOLIN, 2014, p. 242).

Nesse viés, o assistente social atua no campo das relações sociais e políticas, no contato direto aos usuários, desenvolvendo práticas que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, embasadas em ações de defesa dos direitos humanos e da justiça social, com o objetivo de superar as desigualdades, violência, opressão, pobreza,

---

<sup>21</sup>É a garantia de acesso a inclusão de todos os cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco, inserindo-os na rede de Proteção Social local. Sua porta de entrada é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia\\_especial](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_especial)> Acesso em: 30 outubro de 2017.

fome e desemprego (CFESS, 2010), buscando possibilidades de atuação deste profissional nas questões habitacionais e socioambientais, pois são áreas distintas que se relacionam nas mais variadas demandas da sociedade. Essas temáticas, de grande relevância no cenário atual, têm ocupado um espaço cada vez maior solicitando ao Serviço Social a intervenção sobre as questões urbanas, englobando a mobilidade e a moradia popular, mas com qualidade de vida. As assistentes sociais inserem-se em espaços de gestão, execução e monitoramento da Política Habitacional com o acesso ao direito à moradia, o qual reflete no compromisso ético-político profissional, fundamentado nos princípios de justiça social, equidade, democracia e cidadania.

Atuando diretamente nas expressões da questão social, formulando e produzindo propostas para o enfrentamento através de políticas sociais públicas entre elas o desenvolvimento urbano resultando ao acesso à moradia e uma boa qualidade de vida. Em nosso código de ética, no Art. 5º do capítulo I, das relações com os usuários, estabelece alguns deveres do assistente social como “c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as” (CFESS, 1993). É dever do profissional transmitir informações e conhecimentos necessários para o acesso aos programas habitacionais e de preservação do meio ambiente disponíveis para que o usuário possa ter acesso a eles. Também na área da habitação e educação ambiental atua na auto-estima<sup>22</sup> dos usuários que possam se reconhecer como sujeitos de cidadania, que usufruem de direitos ambientais e políticas habitacionais.

O trabalho Social na habitação inseriu-se a partir dos programas de habitação de interesse social desenvolvido às famílias de baixa renda, regulado pelo Ministério das Cidades, no contexto da atual Política Nacional de Habitação (PNH), aprovado em 2004, definido como:

um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p.2).

---

<sup>22</sup>Zacharias (2012) destaca que o autoconceito relaciona-se com a percepção que a pessoa tem de si, sendo esta proveniente de interações entre o sujeito e o seu meio social. Ademais, o autoconceito contém um caráter descritivo, relacionado à autoimagem, e um avaliativo, que diz respeito à autoestima (ZACHARIAS, 2012).

A atuação do assistente social no trabalho social é de suma importância por possuir formação profissional com objetivos que relacionam-se à promoção de atividades socioeducativas e socializadoras visando à participação, organização, convivência coletiva e qualidade de vida dos moradores. Há também o intuito de sensibilizá-los para uma postura de zelo patrimonial e ambiental, de compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis, garantindo assim a sustentabilidade dos Programas habitacionais. Essa atuação dispõe de atribuições e competências únicas e sua intervenção está no âmbito dos projetos sociais, inclusive no Loteamento Brenner, de forma multidisciplinar, buscando por condições sociais justas para todos os moradores.

As ações desenvolvidas pelos assistentes sociais na habitação são elaboradas a partir dos elementos de informações, organizações e mobilizações comunitárias, preservando o meio ambiente e o patrimônio, também na geração de trabalho e renda, os quais são executados de forma articulada. As informações têm como objetivo esclarecer as dúvidas aos moradores, como normas e funcionamento dos programas, assim como seus direitos e deveres. Sendo assim, o profissional do serviço social utiliza-se de alguns instrumentos como reuniões, encaminhamentos, visitas domiciliares e plantão social. Esses instrumentos desenvolvem-se para atender as demandas de famílias beneficiadas em programas habitacionais e são desenvolvidos no trabalho social para estabelecer conversas informais, esclarecer dúvidas, diagnóstico social, cadastro das famílias beneficiadas e acompanhamento das antes, durante e depois de serem beneficiadas.

A organização e a mobilização constituem-se em sensibilizar os moradores a unirem-se ao assistente social e outros profissionais de outras áreas com a finalidade de construir ações inovadoras e construtivas em prol de melhores qualidades de vida para a população local, visto que a questão ambiental e as ações educativas para o Serviço Social passaram a ser consideradas novas demandas para serem enfrentadas. Para Santos (2007) “[...] o interesse pela questão ambiental vem ganhando espaço junto à categoria e traz à tona discussões, relatos de experiências ligadas à questão ambiental” (Santos, 2007 p. 57),

. Um grande desafio para o Serviço Social é propor ações educativas e encontrar soluções para o problema ambiental, tentar contribuir para uma conscientização ambiental na população, mudar o pensamento das pessoas de modo a que se tornem defensores da sustentabilidade a partir da educação ambiental. O profissional do Serviço Social tem como atribuições a execução de ações no sentido de ampliar a responsabilidade ambiental e



ecológica da sociedade por meio de uma educação sustentável junto à comunidade local. Suas Ações Educativas fundamentam-se na responsabilidade que o profissional tem para com os problemas atuais, seja de exclusão social ou de natureza ecológica, ou em outras urgências. Assim exigem-se novas intervenções, que ponderem uma sociedade sustentável, como cita a UNESCO (2005) [...] aquela que em todos os aspectos da vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável e todas as instituições públicas, em todos os níveis de governos, trabalhem para avançar esse tipo de sociedade. (UNESCO, 2005, p. 49).

Assim, evidencia-se a importância do papel do assistente social que intervém nas mais variadas áreas, executando projetos e programas socioambientais, atribuindo serviços sociais de forma efetiva. Também é fundamental desempenhar o papel de educador ambiental, pois há uma enorme necessidade de integrar o social com o ecológico e imprescindível para garantir um planeta mais saudável.

#### 4.2 PROJETO DE INTERVENÇÃO “LIXO CONSCIENTE”

O presente projeto de intervenção teve como objetivo apresentar resultados e reflexões sobre a experiência de estágio nos princípios curriculares do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, do Estado do Rio Grande do Sul. Os estágios supervisionados foram realizados na superintendência de Habitação do município de Santa Maria/RS,<sup>23</sup> o qual possui em seu quadro profissional assistente social, que, por sua vez, atua em diversas demandas, desafios e perspectivas para a efetivação do direito à habitação da população de baixa renda, que não possui condições financeiras de adquirir a casa própria.

No Estágio Supervisionado em Serviço Social II, que realizou-se no período de Março à Junho do ano de 2017, foi realizado o projeto de intervenção denominado “Lixo Consciente”, tendo como objetivo promover a conscientização ambiental as famílias inseridas no programa habitacional que consiste em beneficiar famílias em vulnerabilidade social, discutindo sobre a necessidade de inserção da educação ambiental na política de habitação, a qual refletirá na qualidade de vida das pessoas beneficiadas.

---

<sup>23</sup>Superintendência de Habitação (SUBHAB) localiza-se na Rua Venâncio Aires, 2277, 1º andar, Bairro Centro no município de Santa Maria e situa-se no Rio Grande do Sul. Pertencente a Prefeitura Municipal de Santa Maria RS.

Assim, o projeto de Intervenção Lixo Consciente originou-se de uma demanda muito visível no Loteamento Brenner, o qual é fruto de um programa habitacional implementado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria RS em conjunto com o governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que tem como objetivo promover o desenvolvimento do País. As ações do projeto visaram afirmar a importância da Educação Ambiental, abordando atividades que evidenciem a conscientização ambiental, levando até os usuários do Loteamento o acesso à informação sobre as várias formas de agressão ao meio ambiente tendo em vista problemas existentes no local associados ao acúmulo de resíduos descartados a céu aberto, um reflexo das desigualdades sociais. Assim, a prática realizada no estágio com o projeto de intervenção oportunizou o vislumbamento de novos horizontes existentes para a preservação do meio ambiente e à inclusão social. Seara Filho define a educação ambiental como:

formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (SEARA FILHO, 1987 p. 42).

As ações desenvolvidas tinham como objetivo proporcionar aos usuários uma reflexão e futuramente mudanças concretas para que eles obtenham melhor qualidade de vida. O público alvo foi determinado como sendo os moradores do Loteamento Brenner, que trabalham com material reciclável (catadores) e/ou acumuladores de lixo. Eles são usuários da política de habitação, que em Santa Maria é executado pela Superintendência de Habitação e vivenciam as expressões da questão social, ou seja, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, a qual é evidenciada pela alarmante desigualdade que desdobra dessas expressões, como a insalubridade e irregularidades nas moradias.

O Projeto de Intervenção teve por intuito provocar a conscientização dos usuários para a destinação correta dos resíduos presentes no Loteamento Brenner, tentando evitar a contaminação da população e do local, possibilitando melhor qualidade aos materiais recuperados e um ambiente saudável a todos os moradores, possibilitando ainda que os catadores<sup>24</sup> e acumuladores<sup>25</sup> organizem-se melhor na conservação desses detritos,

---

<sup>24</sup>Para Birbeck (1978) conceitua-se como um auto-emprego que não passa de ilusão, pois os catadores se auto-empregam, mas na realidade eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem contudo terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho (BIRBECK, 1978).

proporcionando que estes transformem-se em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do local.

Para que o Projeto Lixo Consciente se concretizasse, fez-se necessária a parceria com a secretaria do Meio Ambiente e profissionais da área para a execução das ações do projeto de intervenção. Observou-se a necessidade de um local para realizar as rodas de conversas. Contatou-se, através de e-mail, a 6ª Brigada de Infantaria de Santa Maria/RS, com o intuito de obter o empréstimo de tenda e cadeiras para colocar em terreno baldio cedido por morador próximo ao local. Não obtendo êxito, também buscou-se pessoalmente contato, através de um ofício formalizando o pedido. Entretanto, mais uma vez não obtivemos resposta em tempo hábil. A segunda opção foi descobrir o responsável pela Associação Comunitária São João Batista Brenner, localizado na Rua Elmuth Quiniss, nº 9, ao lado da ponte da Borges, local próximo ao loteamento. Foi feito no local uma investigação no entorno, indagando o nome e endereço da pessoa responsável. Depois de identificada, foi-se até o endereço e apresentou-se a finalidade do projeto de intervenção e pedimos a colaboração com o empréstimo do local, no qual realizou-se as ações do mesmo com o resultado positivo, passou-se para o próximo contato.

Seguimos, então, buscando profissionais da área do Meio Ambiente para participar da roda de conversa. Para isso foi enviado um email à Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSM<sup>26</sup> com a finalidade de conseguir material colaborativo para o projeto, como, por exemplo, folder ou cartilhas referentes aos assuntos abordados e outros. Buscou-se também a disponibilidade de alguém da área participar das rodas de conversas praticadas no projeto de intervenção, a fim de enriquecer as informações pertinentes aos assuntos. Obtivemos retorno, mas, sem sucesso, seguiu-se para a segunda estratégia, procuramos a Secretaria do Meio ambiente para ver se havia possibilidades de profissionais da área participarem das nossas rodas de conversas. O Superintendente de Licenciamento Ambiental disponibilizou-se e participou das ações.

A próxima etapa foi contemplada em conversas com a supervisora de campo, onde surgiu a idéia de pedir ajuda ao Superintendente da Habitação, o qual entrou em contato com o Secretário do Meio Ambiente, que nos recebeu e colaborou com o projeto Lixo Consciente, fazendo o encaminhamento dos responsáveis pela coleta de materiais inservíveis, o

---

<sup>25</sup>“O Transtorno da Acumulação (TA), do inglês Hoarding Disorder, refere-se a uma psicopatologia incluída recentemente na nova edição do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais” (APA,2013).

<sup>26</sup>Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/esa/>>.

Superintendente de praças parques e jardins e o Gerente de projetos, ambos participaram das rodas de conversas e do mutirão, inclusive disponibilizaram o caminhão da prefeitura para o mesmo.

Os convites deveriam ser entregues pessoalmente de casa em casa, porém não portamos tempo hábil, pensamos em um moto som. Levantamos alguns orçamentos e contratamos a moto som para algumas inserções durante vários dias que antecederam o mutirão, anunciando o dia, a hora e os materiais que foram recolhidos. Foi necessário introduzir algo atrativo para que os usuários comparecessem as ações programadas, oferecermos um café com biscoito e bolos para todos os participantes da roda de conversa, e no final de cada encontro foi feito um sorteio com distribuição de brindes. Os convites feitos aos palestrantes e usuários foram confeccionados por mim e impressos na Superintendência de habitação, totalmente sem custos, assim como os questionários que foram preenchidos pelos usuários. O próximo passo consistiu em convidar pessoalmente todos os usuários identificados como catadores e acumuladores. Dias antes das ações fomos até o local com o mapa do loteamento, as quadras, números e nomes dos identificados, onde convidamos cada um para as ações realizadas, e explicamos as finalidades desses encontros. No dia que antecedeu o evento, foi revisado tudo que era necessário para a execução da primeira ação.

Chegada a hora da primeira roda de conversa, que aconteceu no dia 20 de abril de 2017. O horário estava marcado para as 15 horas, porém teve início às 15 horas e 15 minutos. O evento contou com 20 pessoas entre profissionais e usuários, havia também quatro crianças. Dentre os Profissionais estavam 5 profissionais da Secretaria do Meio Ambiente: Superintendente de Licenciamento Ambiental; Gerente de Projetos; Superintendente de praças, parque e jardins; e 2 estagiários da Engenharia Ambiental da UFSM; 5 profissionais da Superintendência de Habitação: Assistente Social, 2 Cargos de Confiança (um deles morador do Loteamento Brenner), 2 estagiárias; e dos usuários: 4 recicladores, 6 familiares dos recicladores (2 adultos e 4 crianças),. As presenças foram registradas em lista de presença.

Primeiramente, foi realizada a apresentação pessoal, o agradecimento pela presença de todos e foi falado um pouco sobre o projeto de intervenção Lixo Consciente, expondo o objetivo do mesmo (os assuntos abordados foram referentes aos cuidados básicos com o material reciclável, resíduos tóxicos e descarte consciente de detritos), com intenção de proporcionar ao público-alvo inicialmente um processo de reflexão e posteriormente

mudanças concretas, as quais contribuirão para melhor qualidade de vida dos envolvidos. Logo pedimos para que todos ali presentes se apresentassem também para nos conhecermos.

Após, foram expostos assuntos pertinentes ao tema do projeto de intervenção, a importância da preservação do meio ambiente para o futuro, visto que o Brasil é um dos campeões de reciclagem de lixo e a grande quantidade de lixo existente nas cidades propiciou uma alternativa de sobrevivência e ganho para a população com baixa renda. Os chamados “catadores” de materiais recicláveis realizam a seleção, recolhimento, transporte e venda dos resíduos sólidos recicláveis.

Um grande número de pessoas sobrevive da coleta, separação, classificação e venda do material reciclável existente no lixo da população. Essa coleta é feita principalmente por carroceiros ou puxadores de carrinhos e a separação e classificação do lixo é realizada na maioria das vezes no próprio domicílio. Esse trabalho muitas vezes envolve toda a família incluindo crianças (GARCIA, 2002). Tratou-se muito sobre o descarte dos resíduos não comercializados, pela irresponsabilidade de descarte desses materiais no quintal, em bueiros, nas frentes das casas e também em terrenos baldios. Por isso, foi levantado o perigo do aparecimento de insetos e animais peçonhentos pelo fato da acumulação desses detritos e lixos em locais inadequados. Foi repassado o número do telefone da Secretaria Ambiental de Santa Maria<sup>27</sup> para os presentes para se necessário solicitar o caminhão da Prefeitura Municipal de Santa Maria para o descarte de materiais não comercializados por eles.

Na procura por materiais recicláveis, os catadores mexem no lixo em busca de resíduos que possam ser vendidos ou até servir de alimentos, os catadores estão expostos a todos os tipos de risco de contaminação presentes nos resíduos, além dos riscos a sua integridade física por acidentes causados pelo manuseio dos mesmos. Ainda, servem de condutor para a propagação de doenças originadas dos impactos dos resíduos. (FERREIRA; ANJOS, 2001). Também foram abordados problemas sobre riscos de acidentes e agravos à saúde que podem acontecer em decorrência da atividade exercida pelo catador, pois alguns dos acidentes mais frequentes entre os catadores que manejam diretamente resíduos sólidos são cortes com vidro, cortes e perfurações com outros objetos pontiagudos entre outros. (VELLOSO, 1995). Por esses motivos, foi exposta a necessidade de usar luvas de proteção no manuseio desses detritos.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/>>.

Os usuários interagiram em alguns momentos com os profissionais, mas muitos tímidos, falaram somente o solicitado. Ao final do evento, os palestrantes falaram sobre a importância do Projeto de Intervenção Lixo Consciente para orientações e informações para a população local, também orientou-se aos presentes a serem fiscais do loteamento, mantendo seus terrenos limpos, construindo lixeiras e denunciando aos órgãos competentes as infrações cometidas pelos moradores do Loteamento Brenner e entorno. Também enfatizou-se o dia e horário que o caminhão da Prefeitura passará para que possam se organizar e também informar aos vizinhos para que todos participem do mutirão de coleta de materiais inservíveis, e finalizou-se com sorteio de alguns brindes, distribuição de mimos e o agradecimento pela participação de todos. Ocorreu tudo dentro do esperado, a fala de todos os profissionais foi muito propositiva, os assuntos abordados foram todos pertinentes ao tema e à realidade dos usuários presentes na ação. Contudo tínhamos uma expectativa maior sobre a participação dos usuários ao convidá-los pessoalmente, visto que todos disseram que iriam, no entanto somente quatro catadores foram e nenhum dos acumuladores compareceu.

Isso mostra que ao implementar mudanças ou inovações, aos modos de vida, muitas vezes têm de se enfrentar muitas resistências. Se os processos de mudança não têm sido completos fracassos, também é verdade que poucos têm sido sucessos estrondosos (KOTTER, 1995), a grande maioria situa-se entre esses dois extremos. O objetivo do projeto interventivo é o de , ao analisar-se a primeira ação, possa identificar-se as razões pelas quais os indivíduos resistem e traçar mudanças que possam desenvolver estratégias melhores e mais adequadas para atingir um maior número de público alvo em ações posteriores.

Na segunda-feira, dia 24, e terça-feira, dia 25 de abril, voltamos ao loteamento Brenner para convidar os usuários para o mutirão que realizou-se no próximo dia 26 e também a segunda roda de conversa, a qual aconteceu no dia seguinte, 27 de abril. Percorreu-se novamente o local durante dois dias, convidando todos a participarem do mutirão e ao público alvo também para comparecer na última roda de conversa. Ao retornar à casa de um dos catadores, o qual havia participado da primeira ação realizada, ficamos surpresos, o local estava totalmente transformado. Em conversa com o mesmo, relatou que após a primeira roda de conversa começou a pôr em prática os ensinamentos que aprendera na palestra, resultando em um ambiente limpo e organizado, contou o morador muito orgulhoso. Foi muito gratificante ver que em tão pouco tempo o resultado pode ter sido tão significativo.

No dia 26 de abril de 2017, realizou-se o mutirão de limpeza<sup>28</sup> no Loteamento Brenner, o início deu-se às 13 h e 30 min. Fomos ao local, acompanhadas dos profissionais da Secretaria do Meio Ambiente, chegando lá estavam profissionais da imprensa e da manutenção, ambos da Prefeitura Municipal de Santa Maria RS. Percorremos algumas ruas e avistamos muitas casas com materiais a serem recolhidos. Logo os profissionais da manutenção começaram a recolher os resíduos acumulados em frente de algumas residências e ao verem o caminhão passando, mais moradores acumulavam materiais a serem recolhidos pelos profissionais, a imprensa acompanhou toda a ação feita, tirando fotos e também colhendo entrevistas, a mobilização foi geral. O recolhimento ocorreu por cerca de 3 h e 30 min, foram recolhidas várias cargas lotadas de resíduos, as quais foram destinadas a um depósito da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Sete de Setembro sem número, próximo aos trilhos do trem. Como a demanda foi maior que o esperado, o caminhão ficou de retornar nas semanas seguintes para concluir o recolhimento do restante do material. Foi muito gratificante ver os profissionais e moradores mobilizados em prol do mesmo objetivo, reduzir os detritos existentes no local, proporcionando uma qualidade de vida melhor a todos que ali residem e também ao entorno.

A ação do mutirão originou-se a partir da observação e levantamento de necessidades locais, as quais revelaram a importância do envolvimento do Serviço social na busca de soluções para as questões coletivas. Esta sensibilização fundamenta-se, pois, como enuncia Bordenave (1983), “[...] às vezes trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos” (BORDENAVE, 1983, p. 46).

A coleta, remoção e transporte de materiais sem a intenção de uso dos moradores acabou desta maneira com acúmulo ou o descarte inapropriado. Objetos como geladeiras, televisores, fogões, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, colchões e todos os outros que não são entregues na coleta regular foram recolhidos pelo caminhão. Os materiais apanhados foram encaminhados a um depósito da prefeitura municipal, os quais futuramente serão reciclados.

A execução do mutirão contou com a colaboração dos servidores municipais e moradores locais, os quais se prepararam e puseram todos os materiais nas calçadas para que os servidores os recolhessem. A população foi convidada a acompanhar o mutirão, no

---

<sup>28</sup>Ver o Apêndice A - Fotos do mutirão.

momento, em conversas informais, os moradores foram orientados a não realizar os descartes irregulares.

Na mesma noite do dia 26 de abril, a imprensa publicou no site da Prefeitura Municipal uma reportagem da ação realizada<sup>29</sup> com fotos e dados de todo o projeto, enfatizando a importância das ações praticadas no Projeto Lixo Consciente. Posteriormente, o caminhão retornou ao local no dia 04 de maio de 2017 para o recolhimento do material que não pode ser recolhido no mutirão devido à grande quantidade de material.

No dia 27 de abril de 2017, o dia seguinte ao mutirão de limpeza, ocorreu a última ação do projeto de intervenção Lixo consciente, a qual teve seu início às 15 horas e o término às 16 h 30 minutos, com a participação de alguns usuários registrados na lista de presença

O evento ocorreu de forma tranquila, o comparecimento dos usuários foi maior do que da primeira ação. Sentindo-me mais segura, dei início a ação agradecendo pela presença e participação de todos e pelo belo exemplo do morador do loteamento que colocou em prática todo o ensinamento da primeira ação e fez a diferença, deixando o local onde reside e trabalha limpo e organizado, e ofertei um certificado de honra ao mérito e um mimo como forma de agradecimento a sua importante participação no projeto Lixo consciente. Dando seguimento ao evento, comentei a importância do projeto de intervenção no local e quais os benefícios que traria para todos os moradores do local.

Segundo Ferreira (2008), campanhas educativas contribuem para motivar a comunidade para uma cooperação na inserção da coleta seletiva de detritos, fracionando os materiais recicláveis para futuramente uma reutilização. Cabe ressaltar o papel da sociedade em geral no desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental, que envolvem a todos, levando a idéia de que a reciclagem por si só não pode ser considerada a solução, mas que a mudança de hábitos e atitudes pode levar a sociedade a tomar medidas mais abrangentes, com ações que minimizem a quantidade de resíduos na própria fonte geradora, consumindo menos e reutilizando embalagens descartáveis (FERREIRA, 2008).

Todos participaram fazendo perguntas aos profissionais da Secretaria do Meio Ambiente, responderam a um questionário contendo perguntas relacionadas ao projeto de intervenção e também relataram fatos acontecidos no loteamento. Foi realizada uma confraternização e logo um sorteio com mimos para os usuários participantes. No final do evento agradecemos a todos pela participação nas ações do projeto de intervenção Lixo

---

<sup>29</sup>Ver Anexo A - Reportagem sobre o Projeto Lixo Consciente.



Consciente, e espero que o projeto de intervenção tenha colaborado para uma melhoria na qualidade de vida de todos os moradores do loteamento e entorno. Sobre o questionário respondido pelos usuários<sup>30</sup>, 80% dos presentes são catadores de material reciclável e 20% acumuladores compulsivos; 80% mulheres e 20% homens; 100% deles acharam importantes as palestras e o mutirão e que de uma forma ou outra influenciaram em mudanças no loteamento em relação ao meio ambiente; 100% dos usuários disseram utilizar a coleta de lixo urbana regularmente; 50% deles admitem já terem descartado lixo em local indevido, como áreas públicas e terrenos baldios, e 100% dos entrevistados gostariam que mais projetos de intervenções fossem realizados no loteamento. Também contribuíram com alguns temas para novas intervenções como: outros projetos semelhantes ao Lixo Consciente, que possam manter o ambiente do loteamento e o arroio Cadena limpos, proporcionando o bem-estar de todos.

#### 4.3 AVANÇOS E DESAFIOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Apesar das limitações ocorridas no percurso da execução do projeto de intervenção, ao concretizar as ações do projeto com resultados alcançados<sup>31</sup> surgiu um sentimento de satisfação e felicidade. Tanto tempo planejando, trabalhando para que cada detalhe ocorresse como o esperado e chegado o dia do mutirão, ao vermos todos os moradores mobilizados, trazendo o material inservível para colocar no caminhão, também alguns moradores varrendo os locais esvaziados por esses materiais recolhidos, a colaboração de toda população local foi muito importante e significativa para que esse projeto alcançasse enorme êxito, pois todo projeto profissional tem uma dimensão ética que presume normalizações que estão postas no Código de Ética do assistente social, reconhecendo a liberdade como centro desse projeto, “uma liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (NETTO, 1999).

É com este compromisso que o projeto de intervenção Lixo Consciente foi construído com ações sociais embasadas nas necessidades dos usuários e no compromisso de um serviço prestado a comunidade local, com empenho, dedicação e competência. O projeto foi

---

<sup>30</sup>Ver o Apêndice B – Questionário respondido pelos usuários.

<sup>31</sup>Ver o Apêndice C – Fotos com resultados do projeto de intervenção.

planejado e construído durante o 7º semestre do curso de Serviço Social entre os meses de agosto a novembro de 2016 e sua execução deu-se no 8º semestre no mês de abril de 2017.

Ficou claro neste processo de ensino-aprendizagem, como destaca Albiero (2000), que “são construídos no cotidiano de cada um, exigindo-se de seus protagonistas, ações concretas e comprometidas, imbuídas de paixão, mas, seguramente, pautadas pela ética e competência” (ALBIERO, 2000, p. 174), favorecendo-se da própria necessidade e vontade individual de cada indivíduo, em uma luta coletiva e compreendendo seus papéis, buscando a superação dos desafios e limites que o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado apresenta no interior dos campos de estágio e nas universidades.

Faz-se necessário o trabalho do assistente social ocupando espaços em comunidades locais, ampliando parcerias com profissionais de outras áreas, aproximando o objeto da profissão à educação ambiental, introduzir o olhar do Serviço Social para construir projetos praticáveis de intervenção para que os avanços sejam concretos. Parcerias necessitam ser expandidas para que a demanda esteja em absoluta evolução, o Serviço Social tornar-se peça chave nesse plano. Entende-se que o assistente social tem capacidade para transitar nesse espaço plural, transdisciplinar, complexo e contraditório, dialogando com todas as esferas que trabalham com a educação ambiental de forma crítica e reflexiva (MOREIRA, 2013).

Por isso é relevante que o estágio supervisionado receba visibilidade a toda categoria profissional envolvendo os desafios apresentados. No que tange à supervisão de qualidade, seja possível lutar contra a precarização do local de trabalho e formação profissional que “requer a apropriação das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria” (GUERRA; BRAGA, 2009, p.549).

O processo de supervisão do estágio em Serviço Social constrói-se através da supervisão, orientação e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem com o intuito de contribuir para a compreensão da teoria/prática e oportunizar o fortalecimento de competências e habilidades fundamentais para exercício profissional. Compete à supervisão orientar e acompanhar o estagiário no percurso no campo de estágio, instruí-lo para exercitar e qualificar a prática interventiva, proporcionando a formação do método de ensino-aprendizagem também na formação de uma postura investigativa e de um posicionamento crítico e propositivo na atual realidade social.

A relação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo estagiário no campo de estágio com acompanhamento direto do supervisor de campo e orientação e avaliação a serem

executadas pelo supervisor curricular resulta em supervisão direta (CFESS, 2008). Sabe-se da extrema importância da apropriação da instrumentalidade social no processo de formação profissional, bem como a capacidade que o profissional do serviço social conquista na dimensão o qual se concretiza seu objetivo pautado em dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e tecno-operativas do trabalho profissional. Assim, a universidade se faz fundamental para intensificar o saber em relação às demandas sociais e as formas de aplicabilidade de direitos na sociedade contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a política social foi e é uma importante ferramenta para a melhoria das condições de vida da população vulnerável, sendo fundamental lutar pelo acesso universal de bens e serviços públicos como forma de garantir uma assistência emancipadora e igualitária a toda população segundo Netto (2001). Temos ainda muitos obstáculos nesta política como, por exemplo, a não superação da pobreza e perpetuação da desigualdade social, porém, ela tem sido relevante nas conquistas atuais concretizadas na Constituição Federal de 1988. Nestas conquistas destaca-se a política habitacional, onde o serviço social atua diretamente em espaços de gestão, execução e monitoramento da Política Habitacional com a garantia do acesso ao direito à moradia que vem ao encontro ao compromisso ético-político profissional, baseado nos princípios de liberdade, justiça social, equidade, democracia e cidadania contidos no código de ética do/a assistente social de 1993.

Com a migração da população rural para as cidades urbanas, o problema da habitação tem agravado-se principalmente nas periferias, onde a população sofre com a falta de infraestrutura e saneamento básico, fatores fundamentais para uma boa qualidade de vida. O assistente social trabalha também no fortalecimento da educação ambiental no trabalho social que é relatado na Portaria 21 de 2014, já que o meio ambiente é um fator importante no setor habitacional, pois são integrantes e essenciais para uma melhor qualidade de vida do ser humano. Com esses problemas agravados pela vulnerabilidade social, acaba agravando também o meio ambiente, surgindo novas demandas para intervenção na área da educação ambiental.

Nesse viés, a proposta deste TCC surgiu da intenção de demonstrar a importância da educação ambiental para a sociedade através da conscientização de que educação ambiental é fundamental para o processo habitacional. Constatou-se a necessidade de buscar caminhos para a concretização desse projeto, evidenciou-se aspectos relevantes ao meio ambiente na política de habitação tal como os problemas ambientais considerados uma questão social que Iamamoto expõe em seus textos como fruto da relação capital e trabalho, desencadeando as desigualdades sociais, resultando em expressões da questão social. Essas desigualdades refletem-se na questão ambiental, um dos assuntos ligado à habitação, que perpassa o Serviço Social mediante ações na defesa intransigente da democracia, da liberdade, do pleno exercício

dos direitos humanos e deveres do cidadão, que contribuem para qualidade de vida das pessoas, como a moradia e o meio em que elas estão situadas.

Através deste viés, foi possível realizar a execução do projeto de intervenção Lixo Consciente, o qual proporcionou a vivência com algumas demandas existentes no campo de trabalho do assistente social. É o momento em que busca-se aproximar conhecimentos teóricos aos práticos, identificando a necessidade em assumir uma postura crítica e reflexiva da prática interventiva diante da realidade e a partir dela, buscar intervir com qualidade, superando os desafios postos a formação profissional no campo das intervenções, as quais estão presentes no projeto ético-político profissional. Por essas questões é que devemos buscar atribuições teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativo que Iamamoto (1999) aponta e que devem ser dominadas pelo assistente social e que permitirão expor determinações e contradições, mas também o significado social da profissão que podemos visualizar e experimentar nas atividades praticadas na primeira intervenção de futuros profissionais do Serviço Social.

No desenvolvimento acelerado da atualidade, como no Loteamento Brenner, não há outro caminho senão o de mudanças comportamentais dos moradores em relação aos resíduos descartados a céu aberto proporcionando redução na sua geração e gradativamente um maior controle sobre os efeitos ambientais, como também na saúde e no bem-estar da população. A forte presença de resíduos sólidos nas áreas do loteamento ainda é muito significativa, as quais geram vários problemas relacionados à saúde pública, também em relação à poluição e obstrução dos rios, ocasionando inundações e intensificando epidemias de dengue e de leptospirose, de contaminação, entre outros.

Constatou-se que o descarte de resíduos sólidos em locais inadequados no Loteamento Brenner é um problema constante, mas com a união de todos do loteamento com o poder público, através da educação ambiental e com a coleta seletiva de resíduos, poderá ser amenizado através de mudanças de hábitos. Conforme Ferreira (2001) evidencia, campanhas educativas contribuem para mudança de hábitos, como colocar o lixo em locais estratégicos nos dias e horários determinados pela coleta seletiva para ser recolhido e praticar a reciclagem de materiais, nunca esquecendo dos três Rs: reduzir, reutilizar e reciclar. Somente assim será possível minimizar efeitos negativos e contribuir para melhor qualidade de vida da população e alcançar um ambiente sustentável para as atuais e futuras gerações.

O profissional do Serviço Social que atua na habitação encontra muitos limites para a realização de suas atividades, dos quais pode se citar: a falta de interesse político, a falta de um local adequado para atendimentos, o descaso com os investimentos públicos, a fragilização das políticas sociais, entre outros. Apesar disso, existe uma política de habitação que atua na área e tem mecanismos para contribuir também para efetivação de direitos da população e existe um planejamento do governo federal para controlar o déficit habitacional dos municípios com a realização do Plano Local de Interesse Social, assim como os recursos destinados a viabilização de alguns projetos na Superintendência.

É nessa perspectiva que o projeto de intervenção visou atuar, em parceria com a rede, com a colaboração da Superintendência de Habitação e a Secretaria do Meio Ambiente, colaborando com a educação ambiental do sujeito e na concepção da reprodução da questão socioambiental em um ponto de vista social. Voltada para os princípios da profissão, na garantia de acesso aos bens e serviços distante da exploração do sistema, e sem prejudicar a natureza enquanto espaço e território, lugar o qual se constrói as relações sociais.

Sabemos que no dia-a-dia o profissional do Serviço Social enfrenta contradições e limites e que a plena efetivação do projeto ético-político ainda é uma perspectiva, um vir a ser, assim como Carlos Drummond de Andrade expõe: “Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível” (DRUMMOND DE ANDRADE, C, 1993, 177), “O Projeto Profissional do Serviço Social é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade: o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades de os homens construírem sua própria história” (IAMAMOTO, 2000, p. 208). Assim o assistente social segue na luta para garantir o acesso aos direitos e amenizar as expressões da questão social, na busca da equidade e da cidadania plena.

Após esse processo de formação acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria RS, a qual me proporcionou um ensino gratuito e de ótima qualidade, com excelentes profissionais para instigar o conhecimento e a uma postura profissional embasada em um Projeto ético-político. Como futura assistente social levo um embasamento teórico na área do serviço social e a experiência de um estágio curricular muito enriquecedor, com a proximidade da realidade dos usuários, podendo intervir com ações significativas na vida da população do Loteamento Brenner. Assim, transbordo o sentimento

de satisfação pelo fato de que as ações executadas no projeto de intervenção em conjunto entre redes resultaram em melhorias na vida do público alvo.

## REFERÊNCIAS

ALBIERO, C. M. G. **Ensinar e aprender**: desafios constantes na formação profissional em Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

APA (American Psychiatric Association). **Highlights of changes from DSM-IV-TR to DSM-5**. 2013.

ÁPPIO, Eduardo. **Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2005.

BAPTISTA, M.V.; RODRIGUES, M.L. A formação pós-graduada – Stricto Sensu – em Serviço Social: Papel da pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do Serviço Social. In: **Cadernos ABESS-CEDEPSS**, v. -, n. 5, maio de 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — Sinaes e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/537109.pdf>> Acesso em: 01 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 6.902**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6902.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6902.htm)> Acesso em: 01 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nob\\_suas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf)> Acesso em: 01 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em: 01 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.60**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras



providências. Brasília, 1998. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)> Acesso em: 20 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9795**, de Abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)> Acesso em 08 de ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **Sobre o PAC**. [S.I]: Brasília, 2016. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em: 10 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto de Lei nº 9.777**, de 6 de setembro de 1946. Estabelece bases financeiras para Fundação da Casa Popular e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De19777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19777.htm)> Acesso em: 06 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.380**, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm)>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Portaria nº 21**, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social. Brasília, 2014. Disponível em:  
<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>> Acesso em: 17 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Política nacional de habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em:  
<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>> Acesso em: 10 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei n. 11.977**, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, etc. Brasília, 2009. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm)> Acesso em: 12 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência social. **Política Nacional da Assistência Social**. Brasília: DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.435/2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)> Acesso em: 12 de outubro de 2017.

BONDUKI, N. **Origens da Habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 1998.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

Birkbeck, C. **Self- employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump**. World Development 6 (9-10), 1173-1185, 1978.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, C.B.L.; VEIGA, L. O conceito de inclusão, dimensão e indicadores. **Revista Pensar BH: Política Social**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte/Câmara Intersetorial de Políticas Sociais, p. 10-17, 2004.

CALLADO, A. L. C.; FENSTERSEIFER, J. E. Indicadores de sustentabilidade. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

CARVALHO, M. C. B. Gestão social: alguns apontamentos para debate. In.: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC, IEE-PUCSP, 1999.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 118. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL — CFSS. **Código de Ética Profissional**. Resolução CFESS n. 273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, março de 1993.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFESS Nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. Moderna, São Paulo, 2004.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 1992.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. Procurar o quê. In.: **Nova Reunião - 19 Livros de Poesia**. Rio de Janeiro: Olympio, 1983.

EASTON, D. A. **Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistências sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

\_\_\_\_\_. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Saber profissional e poder institucional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001

FERREIRA J. A.; ANJOS L. A. Questões de saúde pública e ocupacional relacionadas à gestão de resíduos sólidos municipais. **Caderno Saúde Pública**, v. 17, 2001.

FERREIRA, R. C. **Educação Ambiental e coleta seletiva do lixo**. Centro educacional de ensino a distância. 2008. Disponível em: < <http://www.cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-coleta-seletiva-do-lixo.html>>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

GARCÍA F, D. V. G. **Trabalho infantil em uma base rápida**. Genebra: OIT – Organización Internacional del Trabajo. Relatório n°: 34, 2002.

GUERRA, Y; BRAGA, M. E. Dimensão Investigativa no exercício profissional. In.: CFESS ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

GOMES, M. F. C. M.: PELEGRINO, A. I. C. **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GOMES, M.F.C.M.. Política urbana e Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, v. 16 e 17, 2007, p. 176-227.

GONÇALVES, C. P., SADER, E. (org.). **O desafio ambiental**: Os porquês a desordem mundial. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GONÇALVES, Jose Pereira. **Acesso ao financiamento para a moradia pelos extratos de média e baixa renda**: a experiência recente. CEPAL, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez, 2ª Ed, 1999.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 7º ed. Cortez, 2004 b.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social no Tempo do Capital Fetiche**. São Paulo, Cortez: 2008 p.160.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

LEHFELD, N. A.S. A política habitacional brasileira - Alternativas de reequacionamento. In: **Serviço Social e Sociedade**. ano IV n. 11. São Paulo: Cortez editora. Abril de 1983.

MARANDOLA JUNIOR, E.; HOGAN, D. J. Natural hazards: O estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, pp. 95-110. 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social**: identidade e alienação. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZETO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. In: **Sociedade e Natureza** (Revista do Instituto de Geografia da UFU). Uberlândia: EDUFU, Ano 12, n 24 – Jul/dez 2000.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, I.S. **Serviço Social e meio ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC. Tese (Doutorado em Serviço social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social” **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 41.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social rente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do Assistente Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, 2013.

OLIVEIRA, M.C.B.S. **Política de Habitação Popular no Brasil**: Passado e Presente. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n.53, p.80-101, 1997.

PACHECO JÚNIOR, W.; PEREIRA, V. L. D. V.; PEREIRA FILHO, H. V. **Pesquisa científica sem tropeços**. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, P. A. P. A. (Org). Estado, regulação social e controle democrático. In: **Política social e democracia**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**. In.: Martinelli, M. L. e outros(org). O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SANTA MARIA. **Lei nº 4300**, de 04 de janeiro de 2000. Disponível em:<<https://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/539713/lei-4300-00>> Acesso em: 29 de agosto de 2017.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G; COIMBRA, M.A. (orgs.) **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro, 1989.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição da pobreza. **Revista Katálysis**. v.15, n. 1, Junho de 2012, p.70-78.

SEARA FILHO, G. Apontamentos de introdução à educação ambiental. **Revista Ambiental**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 40-44, 1987.

SILVA & SILVA, M. Ozanira da (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Contribuição para a Construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. ° 78 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

SPOSATI, A. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

UNESCO. **Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental celebrada em Tbilisi: Informe Final**. Paris: Unesco, 1997. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000327/032763sb.pdf>> Acesso em: 01 outubro de 2017.

VELLOSO, M. P. **Processo de Trabalho da Coleta de Lixo Domiciliar da Cidade do Rio de Janeiro: Percepção e Vivência dos Trabalhadores**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

XAVIER, Antonio Roberto. **Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania**: desafios ao Estado Democrático de Direito no Brasil. Fortaleza: IMPRECE, 2009.

YASBEK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XXV, n° 77, março de 2004, p. 11-29.

ZACHARIAS, J. **Bem-estar docente**: um estudo em escolas públicas de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

**APÊNDICE A – MUTIRÃO DE LIMPEZA**

**APENDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS USUÁRIOS****QUESTIONÁRIO:**

**Você achou importante as palestras e mutirão de coleta?**

sim    não

**As reuniões e o mutirão influenciaram em alguma mudança em relação ao meio ambiente?**

sim    não

**Você utiliza a coleta de lixo urbana regularmente?**

sim    não

**Você já descartou algum tipo de lixo em local indevido?**

sim    não

**Se a resposta anterior for sim, onde você colocou?**

área publica    rio    terreno baldio

sim    não

**Você ou alguém de sua casa trabalha com reciclagem ?**

sim    não

**Você gostaria que mais ações como estas fossem realizadas no Loteamento?**

sim    não

**Sexo:**  Feminino    Masculino

**Sugestões:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## ANEXO A – RESULTADOS DO PROJETO

Antes



Depois



## ANEXO B – REPORTAGEM SOBRE O PROJETO DE INTERVENÇÃO LIXO CONSCIENTE

### PREFEITURA DE SANTA MARIA REALIZA COLETA DE BENS INSERVÍVEIS NA VILA BRENNER, NA ZONA NORTE.



*Ação foi realizada entre a  
Superintendência de Habitação e a  
Secretaria de Meio Ambiente do  
Município*

Jogar lixos em locais inapropriados acarreta vários danos ao meio ambiente. O descarte irregular é um problema sério por suas graves consequências e, por isso, é tratado com a devida importância pela Prefeitura de Santa Maria. Na tarde desta quarta-feira (26), a Secretaria de Meio Ambiente e a Superintendência de Habitação realizaram uma ação de conscientização e de recolhimento de bens inservíveis na Vila Brenner, no Bairro Divina Providência, enfatizando à população a necessidade de não despejar materiais irregularmente. Com um caminhão, a equipe percorreu várias ruas da região e as margens do Arroio Cadença, recolhendo os bens inservíveis. Preparados, os moradores da região já deixavam os materiais nas calçadas, para que os servidores os recolhessem. A comunidade foi convidada a acompanhar o serviço da Prefeitura e, na oportunidade, em conversas informais, os moradores foram orientados a não realizar os descartes irregulares.

"Analisamos as localidades do Município, verificamos quais as necessidades de cada uma e, então, realizamos as ações. Hoje foi na Brenner, pela necessidade de recolher os materiais inservíveis, mas as atividades se estendem conforme as demandas das comunidades", explica o titular de Meio Ambiente, André Domingues.

Os servidores do Município retornarão à Vila Brenner para uma nova ação de conscientização. Nesta quinta-feira (27), às 15h30min, os moradores estão convidados a se reunir na Associação Comunitária São João Batista e Brenner. No local, eles receberão orientações relacionadas ao meio ambiente, destinação correta de materiais descartáveis, entre outras informações. Quem desenvolve o projeto é a estagiária da Superintendência de Habitação do Município, acadêmica de Serviço Social Rosana Machado.

"Precisamos levar informações às comunidades e ajudar na coleta de materiais com palestras educativas", destaca Rosana. "É importante a população estar consciente sobre como fazer os descartes, para que esses problemas não se tornem recorrentes", finalizou o superintendente de Praças, Parques, Canteiros e Jardins, Ivo Cunha.

Nas quartas-feiras, o caminhão da Secretaria de Meio Ambiente percorre locais, já pré-definidos em cronograma da pasta, para recolher bens inservíveis espalhados em pontos do município.

*Texto: Maurício Araújo (Mtb. 17.781).  
Fotos: João Alves (Mtb. 17.922)  
Superintendência de Comunicação  
Prefeitura Municipal de Santa Maria*